



GRASIELE BERTICELLI

Acumulação por despossessão: um estudo de caso da UHE Itá (SC)

São Paulo - SP

2024

GRASIELE BERTICELLI

Acumulação por despossessão: um estudo de caso da UHE Itá (SC)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia) na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Paulo Roberto Raposo Alentejano

São Paulo – SP

2024

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

B543 Berticelli, Grasiela.
Acumulação por despossessão : um estudo de caso da UHE
Itá (SC) / Grasiela Berticelli. – São Paulo, 2024.
96 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Paulo Roberto Raposo Alentejano.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Desenvolvimento rural – Brasil. 2. Usina Hidrelétrica Itá. 3. Energia hidrelétrica – Santa Catarina. 4. Privatização – Aspectos ambientais – Santa Catarina. I. Título.

CDD 333.790981

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A reestruturação da Indústria Elétrica Brasileira aprofundou processos de acumulação por despossessão que atingem a classe trabalhadora até hoje. A análise das consequências da privatização da UHE Itá contribui para a luta e organização do povo atingido por barragens e para o MAB com subsídios para a construção de um projeto energético popular.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The restructuring of the Brazilian Electrical Industry deepened processes of accumulation through dispossession that affect the working class to this day. The analysis of the consequences of the privatization of HPP Itá contributes to the struggle and organization of the people affected by dams and to MAB with subsidies for the construction of a popular energy project.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

La reestructuración de la Industria Eléctrica Brasileña profundizó procesos de acumulación por despojo que afectan a la clase trabajadora hasta el día de hoy. El análisis de las consecuencias de la privatización de la CH Itá contribuye a la lucha y organización de los afectados por las represas y al MAB con subsidios para la construcción de un proyecto energético popular.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GRASIELE BERTICELLI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 18 dias do mês de março do ano de 2024, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de GRASIELE BERTICELLI, intitulada **Acumulação por despossessão: um estudo de caso da UHE Itá (SC)**.. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (Participação Presencial) do(a) Departamento de Geografia / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Prof. Dr. JOSE GILBERTO DE SOUZA (Participação Virtual) do(a) . / IGCE/UNESP/Rio Claro (SP), Prof. Dr. DORIVAL GONÇALVES JUNIOR (Participação Virtual) do(a) Departamento de Engenharia Eletrica / UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO

RESUMO

A Usina Hidrelétrica Itá (SC), localizada na Bacia do Rio Uruguai, entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foi a primeira a ser privatizada no Brasil, durante a onda neoliberal da década de 1990, por meio de contrato de concessão à iniciativa privada. A usina será a primeira a concluir o período de vigência do contrato de concessão para geração de energia, em 2032. Atualmente, está cedida para o Consórcio Itá, composto majoritariamente por empresas do capital privado internacional. Partindo da compreensão do caráter estratégico da Indústria Elétrica Brasileira e das contradições que a permeiam, buscaremos analisar a quem esta indústria tem privilegiado e qual o papel do Estado neste contexto. Para tanto, apresentamos uma reflexão a partir da teoria da acumulação por despossessão, de David Harvey, a qual contribui na análise dos diversos impactos causados pela instalação, operação e privatização da UHE Itá, em decorrência de distintas formas de despossessão por parte do capital. A partir do exposto, levantamos a seguinte pergunta de pesquisa: acabada a concessão da UHE Itá para a iniciativa privada, porque manter uma “indústria de eletricidade” extremamente lucrativa nas mãos do capital internacional? A problemática se dá pelo fato de que, ao produzir energia a baixo custo e a comercializar com base no preço teto, é de interesse do capital privado internacional, com predominância do capital financeiro, que a concessão da UHE Itá seja renovada ao final do seu prazo de vigência, garantindo assim a continuidade da geração de lucros extraordinários que são drenados do país em direção ao exterior. Com a renovação da concessão, ficamos cada vez mais distantes da construção da soberania energética nacional, mantendo os privilégios dos já privilegiados e aprofundando o custo social causado pelas hidrelétricas. A pesquisa contribui para a análise dos impactos negativos das concessões de geração de energia hídrica para a iniciativa privada e para a construção da proposta de projeto energético popular para o Brasil a partir da atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Palavras-chave: Usina Hidrelétrica Itá; indústria elétrica brasileira; privatização; atingidos por barragens; acumulação por despossessão.

ABSTRACT

The Itá Hydroelectric Plant (SC), located in the Uruguay River Basin, between the states of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, was the first to be privatized in Brazil, during the neoliberal wave of the 1990s, through a contract of concession to the private sector. The plant will be the first to complete the period of validity of the concession contract for energy generation, in 2032. It is currently assigned to the Itá Consórcio, made up mainly of international private capital companies. Starting from an understanding of the strategic nature of the Brazilian Electrical Industry and the contradictions that permeate it, we will seek to analyze who this industry has privileged and what is the role of the State in this context. To this end, we present a reflection based on the theory of accumulation through dispossession, by David Harvey, which contributes to the analysis of the various impacts caused by the installation, operation and privatization of HPP Itá, as a result of different forms of dispossession by capital. Based on the above, we raise the following research question: once the concession of HPP Itá to the private sector has ended, why maintain an extremely profitable “electricity industry” in the hands of international capital? The problem arises from the fact that, when producing energy at low cost and selling it based on the ceiling price, it is in the interest of international private capital, with a predominance of financial capital, that the concession of UHE Itá is renewed at the end of its term. validity period, thus guaranteeing the continued generation of extraordinary profits that are drained from the country abroad. With the renewal of the concession, we are increasingly distant from the construction of national energy sovereignty, maintaining the privileges of the already privileged and deepening the social cost caused by hydroelectric plants. The research contributes to the analysis of the negative impacts of hydropower generation concessions for the private sector and to the construction of a proposal for a popular energy project for Brazil based on the actions of the Movement of People Affected by Dams – MAB.

Keywords: Itá Hydroelectric Plant; Brazilian electrical industry; privatization; hit by dams; accumulation by dispossession.

RESUMEN

La Central Hidroeléctrica de Itá (SC), ubicada en la cuenca del río Uruguay, entre los estados de Rio Grande do Sul y Santa Catarina, fue la primera en ser privatizada en Brasil, durante la ola neoliberal de los años 1990, mediante un contrato de concesión a el sector privado. La planta será la primera en completar el período de vigencia del contrato de concesión para generación de energía, en 2032. Actualmente está asignada al Consórcio Itá, integrado principalmente por empresas de capital privado internacional. A partir de una comprensión del carácter estratégico de la Industria Eléctrica Brasileña y de las contradicciones que la permean, buscaremos analizar a quiénes ha privilegiado esta industria y cuál es el papel del Estado en este contexto. Para ello, presentamos una reflexión basada en la teoría de la acumulación por despojo, de David Harvey, que contribuye al análisis de los diversos impactos provocados por la instalación, operación y privatización de la CH Itá, como resultado de diferentes formas de despojo. por capital. Con base en lo anterior, planteamos la siguiente pregunta de investigación: una vez finalizada la concesión de la CH Itá al sector privado, ¿por qué mantener una “industria eléctrica” extremadamente rentable en manos del capital internacional? El problema surge del hecho de que, al producir energía a bajo costo y venderla al precio máximo, al capital privado internacional, con predominio del capital financiero, le interesa que se renueve la concesión de la UHE Itá al final de su plazo de vigencia, garantizando así la generación continua de ganancias extraordinarias que se drenan del país al exterior. Con la renovación de la concesión nos distanciamos cada vez más de la construcción de la soberanía energética nacional, manteniendo los privilegios de los ya privilegiados y profundizando el costo social que provocan las hidroeléctricas. La investigación contribuye al análisis de los impactos negativos de las concesiones de generación hidroeléctrica para el sector privado y a la construcción de una propuesta de proyecto de energía popular para Brasil a partir de las acciones del Movimiento de Afectados por Represas – MAB.

Palabras clave: Central Hidroeléctrica Itá; industria eléctrica brasileña; privatización; afectados por represas; acumulación por desposesión.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Matrizes de geração de energia no Brasil (em %)	40
Figura 2 –	Localização dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul	42
Figura 3 –	Localização dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com indicação dos municípios atingidos pelo reservatório da UHE Itá	43
Figura 4 –	Localização dos municípios atingidos pela UHE Itá nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul	44
Foto 1 –	Antiga cidade de Itá/SC, em 1983	45
Foto 2 –	Primeiro registro fotográfico da Igreja de Itá, em 1956	45
Foto 3 –	Ruínas da antiga cidade de Itá/SC	46
Foto 4 –	Torres da Igreja de Itá sobre o lago da UHE Itá	46
Foto 5 –	Assembleia dos atingidos por barragens – Erechim/RS, 25 de julho de 1988	48
Foto 6 –	Mobilização dos atingidos pela UHE Itá, em 1988	49
Foto 7 –	Ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves assina, acordo com atingidos – Brasília, 06 de novembro de 1987	49
Foto 8 –	Entrada do Museu do Balseiro presente no Recanto do Balseiro. Ao fundo, fotos de balseiros do rio Uruguai e familiares	56
Foto 9 –	Balseiros do rio Uruguai trabalhando na construção de balsa para transporte de madeira	57
Foto 10 –	Bispo Dom José Gomes – Chapecó/SC, 1986	59
Foto 11 –	Mobilização marcando o início da Semana da Faxina, com “arrançamento” de marcos – Carlos Gomes/RS, 01 de agosto de 1988	60
Foto 12 –	Reunião entre CRAB e Eletrosul para elaboração do plano de reassentamento	63
Figura 5 –	Distribuição da população dos municípios atingidos pela UHE	

	Itá em 1985 e 2022.....	67
Foto 13 –	Transporte de casa de família atingida, em frente ao canteiro de obras da UHE Itá.....	68
Foto 14 –	Aviso fixado pelo Consórcio Itá no trajeto ao longo da barragem.....	71
Foto 15 –	Placas de aviso fixadas pelo Consórcio Itá.....	71
Foto 16 –	Sinalização de segurança fixada pelo Consórcio Itá ao longo da barragem.....	72
Foto 17 –	Sinalização de rota de fuga em caso de rompimento fixada pelo Consórcio Itá.....	73
Foto 18 –	Sinalização de ponto de encontro em caso de rompimento fixada pelo Consórcio Itá.....	73
Foto 19 –	Vertedouro 1 da UHE Itá.....	74
Foto 20 –	Vertedouro 1 da UHE Itá aberto.....	75
Foto 21 –	Dique 1 da UHE Itá.....	75
Foto 22 –	Dique 2 da UHE Itá.....	76
Foto 23 –	Dique 3 da UHE Itá.....	76
Foto 24 –	Placa fixada na entrada no mirante do vertedouro 1 da UHE Itá.	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CABT	Coordenação dos Atingidos por Barragem do Trombeta
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CFURH	Compensação Financeira por Uso de Recursos Hídricos
COEP	Coletivo de Orientação e Estágio de Pesquisa
CPP	Comissão Político Pedagógica
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CRABI	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CRACOHX	Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu
CRB	Curso de Realidade Brasileira
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
Eletrosul	Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENGIE	ENGIE Brasil Energia
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

EREA	Encontro Regional de Estudantes de Agronomia
EUA	Estados Unidos da América
FEAB	Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GAS	Grupo de Alimentação Saudável
ITASA	Itá Energia S.A.
LAVSA	Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MABRO	Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MOAB	Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira
MP	Medida Provisória
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MW	Megawatt
MW/h	Megawatt/hora
NERU	Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada Sustentável
PPP	Parceria Público-Privada
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Rio Grande do Sul

SC	Santa Catarina
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TNI	Transnational Institute
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UHE	Usina Hidrelétrica
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA ELÉTRICA BRASILEIRA E O CONTEXTO INTERNACIONAL	30
2.1	A IEB e os estudos para aproveitamentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai	30
2.2	A crise do modo de produção capitalista na década de 1970 e seus desdobramentos na IEB	33
2.3	A contra-reforma do Estado brasileiro e o avanço das privatizações	36
3	UHE ITÁ: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	40
3.1	Caracterização do território atingido pela UHE Itá	41
3.2	A luta e organização popular contra as barragens e por direitos	47
3.3	A redução do papel do Estado na IEB e a privatização da UHE Itá.....	51
3.4	Relatos de um atingido	56
3.5	Impactos socioambientais da privatização da UHE Itá.....	63
4	A CONTRADIÇÃO: CONSEQUÊNCIAS DO MODELO NEOLIBERAL NA INDÚSTRIA ELÉTRICA BRASILEIRA E A QUEM BENEFICIA.....	78
4.1	O preço da luz é um roubo.....	78
4.2	Compensação Financeira por Uso de Recursos Hídricos.....	81
4.3	Amortização e término do período de concessão à iniciativa privada	83
4.4	Das privatizações às reestatizações – alguns exemplos	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS.....	88
	APÊNDICE – QUESTÕES APLICADAS NA ENTREVISTA COM O ATINGIDO PELA UHE ITÁ.....	96

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto a análise dos impactos dos processos de acumulação por despossessão (Harvey, 2004) causados pela instalação, operação e privatização da Indústria Elétrica Brasileira (IEB), tendo como foco o estudo de caso da concessão para a iniciativa privada da Usina Hidrelétrica Itá (UHE Itá), localizada na bacia do rio Uruguai, entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ocorrido na década de 1990.

Para tanto, buscou-se compreender o contexto histórico internacional e nacional em que ocorreu o avanço das privatizações de empresas públicas, sendo esta uma forma de despossessão patrimonial, com foco para a indústria de geração hidrelétrica, assim como seus desdobramentos, dentre eles a política tarifária de energia elétrica, a riqueza produzida no território atingido e a quem esta beneficia. Também foram analisados dados históricos sobre o avanço dos aproveitamentos hidrelétricos no Brasil e o processo de contestação e reivindicação popular por garantia de direitos aos atingidos por barragens.

O tema de pesquisa proposto surge a partir da necessidade de refletirmos sobre os rumos da Indústria Elétrica Brasileira (IEB) e da riqueza gerada pelas hidrelétricas após o término dos contratos de concessão para iniciativa privada. Também para analisar como esta indústria tem se estruturado, a quem ela privilegia e as consequências para a população brasileira, partindo do olhar a partir dos processos de acumulação por despossessão perpetrados pelo capital, principalmente o capital internacional. O tema proposto tem ligação direta com esta pesquisadora, a qual vem de uma família que residia no município de Itá até final da década de 1980 e que é atingida pela usina. Além disso, a pesquisadora é militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, atuando na região do Alto Uruguai Gaúcho, sendo esta uma região também atingida pela UHE Itá.

A Usina Hidrelétrica de Itá foi a primeira a ser privatizada, durante a onda neoliberal da década de 1990 e será a primeira a concluir o período de vigência do contrato de concessão para geração de energia, 30 de dezembro de 2032. Inicialmente, a estatal Eletrosul foi a primeira responsável pelo empreendimento, o que mudou em 1995, com a formação de uma parceria público-privada (PPP)

chamada Consórcio Itá, o qual passou a ser responsável pela usina a partir do Contrato de Concessão da Aneel nº 003/95 para geração de energia elétrica, com vigência até 16 de outubro de 2030.

A legislação que autorizou a prorrogação da concessão da UHE Itá decorreu do chamado problema “repactuação do risco hidrológico”, cuja origem está ligada a denominada “crise hídrica” dos anos 2014/15, que levou as hidrelétricas a produzirem abaixo de suas respectivas Garantias Físicas (GF) e o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) não foi suficiente para impedir as penalizações financeiras. Isto provocou a reação de muitos interesses da indústria de eletricidade, sendo que uma parte ameaçou entrar na justiça contra as penalizações, fato que paralisou as operações de liquidação financeiras do mercado livre.

Assim, os vários interesses da indústria (em concorrência intercapitalista) passaram atuar no âmbito do Estado, fato que levou um longo tempo para ser resgatada a chamada “normalidade do mercado”, como se pode verificar nas seguintes datas: 1) Lei nº 13.203, de dezembro de 2015, que já versava sobre a repactuação do risco hidrológico; 2) da Lei nº 14.052 de 8 de setembro de 2020 que estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico; e 3) da Resolução Autorizativa da ANEEL nº 12.255, de 5 de julho de 2022, que autoriza a extensão do contrato da UHE de Itá até a data de 30 de dezembro de 2032.

Atualmente, a usina está cedida para o Consórcio Itá, composto pela ITASA - Itá Energética S.A., que se trata de uma sociedade anônima de capital fechado que tem como acionistas a Cia Siderúrgica Nacional - CSN, a ENGIE Brasil Energia e a Companhia de Cimento Itambé.

A problemática se dá pelo fato de que, ao produzir energia a baixo custo e a comercializar com base no preço teto, é de interesse do capital privado nacional e internacional, com destaque para a atuação do sistema financeiro - o qual tem grande participação em diversos segmentos da indústria elétrica - que a concessão da UHE Itá seja renovada ao final do seu prazo de vigência, garantindo assim a continuidade da geração de lucros extraordinários que são drenados do país em direção ao exterior. Com a renovação da concessão, haverá a continuidade de diversas formas de despossessão, como a patrimonial, a ambiental, a social, a fiscal e a territorial, fazendo com que fiquemos cada vez mais distantes da construção da

soberania energética nacional, mantendo os privilégios dos já privilegiados, impondo uma tarifa de energia cara para o povo brasileiro, praticando uma política de compensação que é insuficiente para o país e os territórios atingidos por barragens e aprofundando o custo social causado pelas hidrelétricas.

Para fundamentação da problemática, foi analisado o histórico do processo de construção e de concessão da UHE Itá para a iniciativa privada no contexto do avanço do neoliberalismo no Brasil na década de 1990 e a reestruturação da indústria elétrica, assim como o perfil dos “novos donos” da usina. Para tanto, buscou-se elementos da teoria da acumulação por despossessão, para compreender os movimentos e interesses do capital, principalmente do capital internacional, no avanço da exploração de bases naturais vantajosas em novos territórios, de forma a garantir a reprodução da acumulação de capital, resultando em lucros exorbitantes para seus agentes e, de outro lado, impactos profundos ao meio ambiente, a soberania de uma nação e ao povo que nela produz e reproduz suas formas de vida.

Tratamos do custo social da usina na região atingida, que sofre com os impactos da despossessão de suas sociabilidades até os dias atuais, assim como os prejuízos econômicos para o povo brasileiro diante da política de Compensação Financeira por Uso de Recursos Hídricos (CFURH) e de preços adotada na tarifa de energia elétrica. Também buscou-se apontar exemplos de reestatização e remunicipalização de serviços públicos no mundo, movimento que vem se intensificando nos últimos anos, analisando as particularidades destes casos, que se encontram, em sua maioria, nos países do capitalismo central.

Tendo como direcionamento o olhar a partir da pesquisa militante que, conforme Jaumont e Varela (2016, p. 416) representa “um patrimônio dos povos latino-americanos em luta por dignidade em suas diversas dimensões”, é importante destacar que a pesquisa e o estudo estão fundados na prática social e de luta dos movimentos sociais populares. Assim, a pesquisa militante está vinculada e a serviço de causas sociais populares, sendo um instrumento de luta para visualizar e superar as formas aparentes das contradições, objetivando a transformação da realidade. Ela não é neutra, é um ato político, teórico e prático.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram realizadas leituras

sistemáticas e revisões de documentos e literaturas referentes à indústria elétrica brasileira, avanço do neoliberalismo no Brasil da década de 1990, a Usina Hidrelétrica Itá, movimentos sociais populares, acumulação por despossessão, dentre outros, disponíveis em livros, artigos, cartilhas, revistas, dissertações e materiais disponibilizados na internet.

O levantamento de informações complementares se deu por meio de pesquisa de campo, com realização de entrevista semiestruturada, realizada no dia 19 de janeiro de 2023, com atingido pela UHE Itá, que será identificado pelo nome “Marcos”. A escolha do entrevistado, que reside na Linha Simon, no interior do município de Itá/SC, foi definida através de articulação com o Movimento dos Atingidos por Barragens, devido a trajetória histórica do movimento em defesa das populações atingidas. As perguntas orientadoras utilizadas durante a entrevista encontram-se em anexo. Como instrumento acessório, foi utilizado o celular para a gravação da entrevista e captura de fotografias, para posterior sistematização e análise, com o devido consentimento do entrevistado.

Ao longo do processo de pesquisa e escrita, diversos desafios se apresentaram, sendo um deles a pandemia de covid-19, que teve início no Brasil em 2020 e afetou diretamente o desenvolvimento da turma 2021 do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, a qual esta pesquisadora pertence, em que parte considerável das aulas ocorreram de forma virtual. Outro desafio colocado foi o envolvimento direto em ações de solidariedade e organização popular em virtude das enchentes que atingiram a região do Vale do Taquari no estado do Rio Grande do Sul em setembro e novembro de 2023 e, posteriormente, as enchentes que atingiram diversas regiões do estado, principalmente a já citada e a região metropolitana, no final de abril e início de maio de 2024. Devido a militância junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens, foi necessário realizar o esforço de conciliar uma rotina de estudos com as tarefas da militância em um movimento social popular. Outro ponto importante a ser mencionado é a alteração do título da pesquisa após a banca de defesa, que inicialmente se intitulava “Impactos socioambientais da privatização da indústria hidrelétrica brasileira: estudo de caso da UHE Itá (SC)”, e foi alterado a partir das sugestões apresentadas pelos professores presentes, que contribuíram grandemente para a qualidade da pesquisa. Um ponto levantado foi a fragilidade de constar apenas uma entrevista ao longo da pesquisa – o que ocorreu por não

haver condições concretas para realizar outras entrevistas - a qual é responsável por descrever boa parte dos impactos socioambientais levantados. Desta forma, foi introduzido na pesquisa o conceito de acumulação por despossessão, o qual apresentamos de forma geral.

O presente estudo tem como método o materialismo histórico-dialético e como referencial teórico o marxismo. Nos basearemos na definição de pesquisa apresentada por Gil (2007, p. 17), o qual a define como “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa proposta se caracteriza como qualitativa, a partir de uma abordagem empírica, no sentido de “transformar as noções iniciais em outras mais úteis, que se refiram diretamente a fatos empíricos e não a percepções pessoais” (Gil, 2007, p. 28). A modalidade empregada será a de estudo de caso, caracterizado por Fonseca (2002, *apud* Gerhardt, 2009, p. 39) como “[...] um estudo de uma entidade bem definida [que] visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico”. Assim, o estudo de caso nos permite compreender como se deu o processo de privatização de uma UHE específica, apontando elementos que contribuem para análise de situações semelhantes de privatização que ocorreram posteriormente, ou seja, de casos relacionados à mesma problemática.

A resposta para o problema de pesquisa foi buscada a partir de pesquisa bibliográfica com autores como Dorival Gonçalves Junior (2007), David Harvey (2004, 2011), Carlos Bernardo Vainer (2008), Maria Cecilia Minayo (1993), Fernando Fernandes Damasceno Júnior (2019) Raquel de Mattos Viana (2003), Elaine Behring (2008), Gilberto Carlos Cervinski (2019), Leonardo Bauer Maggi (2013), José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior (2011), Lorena Izá Pereira (2019), Marina Scotelaro, Leonardo Ramos e Rodrigo Corrêa Teixeira (2018), além de materiais produzidos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, Consórcio Itá, Agência Nacional de Energia Elétrica, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, dentre outros.

Os dados levantados foram analisados, conforme Minayo (2001, p. 69) a fim de “[...] estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa, responder às questões formuladas, e ampliar o

conhecimento sobre o assunto pesquisado [...]”. Para a análise, serão utilizadas categorias para estabelecimento de classificações, no sentido de “agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (Minayo, 2001, p. 70).

A contextualização que segue pretende trazer elementos teóricos e analíticos que colaborem na reflexão sobre o tema proposto, buscando responder o problema de pesquisa e alcançar os objetivos pontuados pelo estudo, fazendo a relação com a linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”. Pretende-se uma análise a partir do método do materialismo histórico dialético, com base na teoria marxista.

O marxismo é uma corrente do materialismo histórico dialético, uma teoria que propõe um projeto sociopolítico do socialismo, um modelo interpretativo crítico ao capitalismo que faz relação e tem como finalidade e fundamento a práxis. Assim, a realidade prática é o critério de validação da teoria. O método empregado determina o caminho a ser seguido para se chegar ao resultado. O materialismo parte da perspectiva da totalidade, não de fragmentos, traçando a análise da realidade do geral para o específico, para a construção de uma síntese. Dentro da corrente do marxismo, o materialismo deve ser histórico e dialético. A realidade é dialética, ou seja, é contraditória e não é estática, está sempre em movimento, assim como a história está em constante construção. Tudo o que existe, o que é real, existe historicamente. Assim, tudo no ser humano é socialmente realizado e historicamente construído.

Utilizou-se as categorias de análise geográfica Espaço e Território, além das categorias mercadoria, Estado e natureza. Sobre os conceitos, utilizaremos o de território atingido por barragem, indústria elétrica brasileira, concessão e riqueza.

A categoria Território é amplamente debatida na geografia marxista, tendo divergências e consensos. Aqui utilizaremos a definição de território enquanto produção e apropriação humana do e no Espaço ao decorrer do tempo histórico. Uma das premissas apresentadas é que na Geografia (ciências humanas) o conceito de território é dado a partir da ação humana. Para Antonio Carlos Robert Moraes, em “Geografia: pequena história crítica” (2000) o Espaço é uma condição básica para a existência humana. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Oliveira, 2000, p.13 *apud* Nogueira, 2016, p. 22) o Território é o produto concreto da luta de

classes, é fruto das relações de poder.

Mercadoria é uma categoria, pois é uma realidade no capitalismo. Uma mercadoria possui valor de uso, valor de troca, é produzida pela força de trabalho e gera mais-valia. O valor de uso tem relação com a importância de certo item, com a necessidade. Já o valor de troca é o que faz com que algo se realize enquanto mercadoria, quando se mercantiliza. Assim, o valor de uso ou de troca depende do sentido que se dá a uma mercadoria, são construções sociais capitalistas. No capitalismo, a água e energia são transformadas em mercadorias.

Quanto ao Estado, sua atuação interfere no espaço. A redefinição do papel do Estado, na indústria elétrica, tem impactos profundos no modelo energético adotado, implementado, subordinado à iniciativa privada. Estado, no materialismo, é a expressão da dominação da burguesia, ou seja, uma instituição que serve para garantir os interesses da burguesia. Segundo Karl Marx e Friedrich Engels (2008, p. 12), em Manifesto do Partido Comunista, “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”.

Para Lenin, em “O Estado e a revolução” (2010), o poder de Estado diz respeito ao poder político da classe que domina os instrumentos. O Estado surge com o antagonismo de classes e tem a função de coerção, de organizar a dominação da burguesia sobre o proletariado. Assim, a forma como o Estado se apresenta e atua dentro de determinado espaço ou território traz consequências para a forma como estes se organizam e para a materialidade da vida da população. No que tange ao modelo energético brasileiro, o Estado cumpre seu papel de privilegiar os privilegiados, em detrimento da garantia de direitos às populações atingidas e da soberania da indústria elétrica nacional.

A seguir, recorreremos à análise feita por André Vianna Dantas e Marcela Alejandra Pronko, a partir dos estudos de Gramsci, a respeito dos conceitos de coerção e consenso, como segue:

Da compreensão da indissociabilidade entre Estado e Sociedade Civil, bem como da percepção da ampliação desta última através da multiplicação dos organismos de defesa de interesses de classe (aparelhos privados de hegemonia, na conceituação gramsciana), por ambas as classes, surgirá o conceito de Estado integral (ou ‘ampliado’, como se convencionou chamar): ditadura + hegemonia, isto é, coerção + consenso. Eis como Gramsci apresentará a sua fórmula, evidenciando que a partir de um dado momento

do desenvolvimento do sistema do capital e do Estado moderno, a luta anticapitalista se tornara mais difícil justamente porque o poder burguês deixara de se basear apenas, ou em maior medida, na coerção. [...] Ao analisar os processos de luta social do seu tempo, Gramsci observa que “uma classe mantém seu domínio não simplesmente através de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual” (Bottomore, 2001, p. 177) que, através do convencimento, resulta capaz de tornar as formas de pensar, sentir e agir da classe dominante como formas ‘próprias’ do conjunto da sociedade. Essa função hegemônica não pode ser dissociada da compreensão do Estado em seu caráter integral (Dantas; Pronko, 2018, p. 78).

Ainda segundo Dantas e Pronko, ao citar Gramsci:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (Gramsci, 2001, p. 95 *apud* Dantas e Pronko, 2017, p. 80).

Tais elementos nos ajudam a compreender como se deu o movimento de convencimento de parte significativa da população do município de Itá, de que seria vantajosa a construção de uma UHE Itá, mesmo diante do alagamento de todo o centro urbano da localidade. O mesmo se aplica ao processo de convencimento do povo brasileiro de que é vantajosa a privatização de patrimônios estratégicos nacionais, mesmo diante da perda da soberania nacional, da precarização dos serviços prestados e elevação dos preços das tarifas para acessar os serviços que deveriam ser públicos e universais. O pensamento hegemônico dominante, da burguesia, atua de forma a criar consensos em seu favor.

A partir de subsídios adquiridos pela leitura de “Marxismo e Geografia – A geograficidade e o diálogo das ontologias” (2009) de Ruy Moreira, trazemos a categoria natureza que, no marxismo, trata-se de uma categoria ontológica localizada no interior do metabolismo do trabalho, como fundamento da constituição do ser, que tem sentido econômico na vida prática enquanto valor de uso e valor de troca. Assim, o trabalho faz parte da relação de troca metabólica entre homem (seres humanos) e meio (natureza).

Em “O Capital – crítica da economia política”, Karl Marx nos traz o conceito de

riqueza no capitalismo, presente no Livro 1, intitulado “O processo de produção do capital”, que diz: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista, aparece como uma “enorme coleção de mercadorias” (2013, p. 157).

Para apresentarmos elementos sobre o conceito de acumulação por despossessão, de David Harvey (2004), realizou-se pesquisa bibliográfica a partir de escritos do próprio Harvey e de outros pesquisadores e pesquisadoras que se debruçaram sobre o tema.

Segundo Marina Scotelaro, Leonardo Ramos, Rodrigo Corrêa Teixeira:

A partir de uma revisitação da teoria marxista da acumulação, Harvey contemporiza o conceito de acumulação primitiva substituindo-o pelo termo acumulação por despossessão. Com isso, busca ampliar a extensão da categoria para as práticas correntes de espoliação intensas nos períodos de crise de superacumulação. A reiteração de tais práticas seriam estratégias recorrentes de acumulação que dependem de uma expansão geográfica que resultaria em rivalidades inter-regionais e internacionais (Scotelaro; Ramos; Teixeira, 2018, p. 163).

Harvey (2004, p. 108-109), justifica o emprego do termo “despossessão” da seguinte forma: “Dado que denominar “primitivo” ou “originário” um processo em curso parece equivocado, daqui em diante vou substituir estes termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”. Harvey (p. 96) complementa ao afirmar que “[...] a incapacidade de acumular através da reprodução ampliada sobre uma base sustentável foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante a espoliação”.

Conforme Lorena Izá Pereira:

[...] a teoria criada por Harvey (2003), ou melhor, a atualização da teoria da acumulação primitiva - ou acumulação originária - de Karl Marx (1970) está estritamente relacionada com a atual corrida mundial por terras, pois, nos seus limites, nos permite compreender a dinâmica do capital na incorporação de novos territórios para superação de crises de sobreacumulação, através ajustes espaciais (Pereira, 2019, p. 5).

Segundo José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior, ao analisar a obra “O enigma do capital: e as crises do capitalismo” de David Harvey, a ideia central apresentada pelo autor é que:

[...] além dos mecanismos tradicionais da acumulação primitiva (mercadificação da força de trabalho, privatização da terra, expropriação dos camponeses, comércio de escravos, sistema de crédito, dívida pública) foram criados uma série de novos mecanismos de acumulação por espoliação, a saber: Acordo TRIPS (Agreement on Trade-Related Aspects

of Intellectual Property Rights), biopirataria, mercadificação da natureza, regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho, o patenteamento e licenciamento de material genético, privatização de bens públicos antes administrados pelo Estado (Ribeiro Junior, 2011, p. 141).

De acordo com Harvey:

Uma observação mais atenta da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla categoria de processos. Estas incluem a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade – comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; [...] O estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos. [...] Todos os traços mencionados por Marx têm estado claramente presentes na geografia histórica do capitalismo. Alguns deles foram se adequando e hoje desempenham um papel ainda mais importante que o que haviam desempenhado no passado (Harvey, 2004, p. 109).

Na análise de Pereira sobre os estudos de Harvey (2003):

Ao estudar os enclosures de terra – cercamentos das terras em uma tradução livre – na Inglaterra no século XVI, (Marx, 1970, p. 959) define a acumulação primitiva como “prévia a acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”. Ou seja é o processo de separação entre trabalhadores e meios de produção, neste caso a terra, que além de incorporar novas áreas para a expansão do capital, gera uma massa de mão-de- obra barata, formando um exército industrial de reserva. [...] Considerando o período histórico em que Marx (1970) se baseou para a formulação da acumulação primitiva, os cercamentos na Inglaterra do século XVI, o mesmo processo possui uma dupla função: além de separar o produtor do meio de produção, é aquela que dá origem ao capitalismo, por isso é assim chamada de acumulação originária. Em um contexto de corrida mundial por terras, onde há a intensificação do controle do território, chamados por alguns de new enclosures (COTULA, 2013), Harvey (2003) propõe a acumulação por despossessão como uma atualização do conceito de acumulação primitiva de Marx (1970), com a justificativa de soluções para as crises capitalistas. [...] Assim, a acumulação primitiva que ainda está em curso ocorre tanto como uma consequência da expansão do modelo de produção capitalista como uma condição prévia para o mesmo (Pereira, 2019, p. 6-7).

Os processos de despossessão se materializam de diversas formas nos territórios, inclusive se aplicando ao estudo de caso da concessão para iniciativa privada da UHE Itá, em que abordamos, principalmente o aspecto de despossessão patrimonial, o qual se materializa na privatização da geração de energia hidrelétrica.

Para Scotelaro, Ramos e Teixeira:

A transferência para as corporações e a privatização de ativos previamente

públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatização da água e outros serviços públicos que arrasou o mundo, constitui uma nova onda do “cercamento dos bens comuns”. Como no passado, o poder do estado é usado freqüentemente para forçar estes processos, inclusive contra a vontade popular. Como também aconteceu no passado, estes processos de espoliação estão provocando ampla resistência, disto se trata o movimento antiglobalização (Scotelaro; Ramos; Teixeira, 2018, p. 110).

Tais elementos podem ser aplicados na reflexão sobre o amplo processo de resistência e luta popular contra as consequências das formas de acumulação por despossessão no território atingido pela UHE Itá, desde o final da década de 1970. A população atingida, a partir de sua organização, promoveu e ainda promove lutas no sentido de denunciar os processos de despossessão de seus territórios, de sua sociabilidade, de despossessão fiscal, ambiental e patrimonial.

A despossessão se dá desde a instalação do empreendimento hidrelétrico na região e se aprofunda com a privatização da UHE Itá na década de 1970 e com a reestruturação da IEB, principalmente na década de 1990. Segundo Harvey (2004, p. 114) “A acumulação por espoliação converteu-se em um traço muito mais central dentro do capitalismo global (com a privatização como um de seus principais mantras)”.

Sobre o papel do Estado nos processos de acumulação por despossessão, Scotelaro, Ramos e Teixeira afirmam que:

O Estado moderno tem uma ligação tanto com a estrutura da geografia histórica do capitalismo, quanto com as práticas de acumulação postas em curso em cada momento pelas classes dominantes (Harvey, 2003). [...] o Estado moderno é a instituição que formaliza a expropriação das terras comunais e, ao mesmo tempo, fornece as bases para a circulação do dinheiro, que passa a mediar as relações sociais entre os detentores dos meios de produção e os fornecedores de força de trabalho. Esta dupla despossessão de capacidades de trabalho autônomo e das terras e meios de subsistência foi realizada a partir da emergência do Estado moderno burguês, estruturado para prover as dimensões necessárias para a instauração do modelo capitalista. Esta estratégia de expulsar os indivíduos do campo – e outras postas em curso – dependeu de uma associação entre a classe burguesa nascente e o aparato estatal. Este último passa a lidar com as externalidades negativas da não absorção de toda esta camada de força de trabalho criada por extensas despossessões, e passa a exercer uma função disciplinadora sobre a classe trabalhador (Scotelaro; Ramos; Teixeira, 2018, p. 164).

Ainda sobre o papel do Estado, os autores apontam que:

[...] findadas as possibilidades tradicionais de acumulação, o Estado empreende novas etapas expansionistas a partir de processos de comodificação e privatização de espaços produtivos já ocupados pelo

modelo de produção capitalista (Harvey, 2013b). Isso não significa um desmantelamento das estruturas produtivas já instauradas, mas uma revolução do espaço produtivo existente (Scotlaro; Ramos; Teixeira, 2018, p. 166).

Pereira, quando discorre sobre a espacialização do capital a partir de práticas de despossessão, afirma que:

Ao se deslocar espacialmente, o capital incorpora territórios que antes não estavam sob a sua lógica e a forma mais recorrente desta incorporação é via acumulação por despossessão. A acumulação por despossessão, segundo Harvey (2003 e 2004) ocorre de maneira ampla, desde a depredação e privatização de bens ambientais comuns e globais até privatização de ativos públicos, como o caso das universidades (Pereira, 2019, p. 8).

A autora, também aponta a influência de instituições financeiras multilaterais e corporações transnacionais em processos de despossessão pelo mundo:

Kinuthia (2013) conclui que em um contexto de globalização neoliberal, o principal meio pelo qual ocorre a acumulação por despossessão tem sido via liberalização dos mercados em todo o mundo através de instituições multilaterais como Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Estas instituições de fato influenciam no controle do território pelas corporações transnacionais, mas não apenas no controle material, mas também imaterial, através do discurso de terras marginais e de investimentos necessários para garantia da segurança alimentar (Pereira, 2019, p. 10).

Assim sendo, conforme Pereira (p. 14-15) a acumulação por despossessão “não é simplesmente um processo econômico de captação de capital sobreacumulado, mas sim um processo político no qual Estados, empresas e fundos de investimento utilizam da força para os capitalistas superarem barreiras postas à acumulação”. A autora (p. 15-16) afirma que:

Cada vez mais corporações transnacionais e fundos de investimentos utilizam estratégias mais sutis de controle do território, não implicando necessariamente na desterritorialização, mas resultando em outros impactos, como perda da soberania alimentar, desmatamento e criminalização de movimentos de luta pela terra. Ademais, há o papel essencial do Estado, que não atua apenas como ‘comprador’ ou ‘vendedor’ de terras, mas como um agente legitimador do processo (Pereira, 2019, p. 15-16).

Harvey reflete sobre como ocorrem os processos de exportação de capitais para novos espaços a fim de dar continuidade ao movimento de acumulação,

conforme segue:

A exportação de capital, particularmente quando esta é acompanhada pela da força de trabalho, opera de maneira bastante diferente e freqüentemente tem efeitos de mais longo prazo. Neste caso, os excessos de capital (no geral capital- dinheiro) e trabalho são enviados a outros lugares para pôr em movimento a acumulação de capital no novo espaço. [...] Dado que podem passar muitos anos para que o capitalismo amadureça nestes territórios (se é que isso aconteça alguma vez) e se comece a produzir sobreacumulação de capital, o país de origem pode esperar ser beneficiado por um período considerável como resultado deste processo. Este é o caso particular dos bens que se demandam em outros lugares como infra-estruturas físicas fixas (como por exemplo, estradas de ferro e represas) exigidas como base para a futura acumulação de capital. Mas a taxa de retorno destes investimentos de longo prazo no ambiente construído depende da evolução de uma dinâmica sustentada de acumulação no país receptor (Harvey, 2004, p. 100).

Para auxiliar no processo de reflexão, recorreremos a autores que contribuem na análise de aspectos como a dependência dentro do capitalismo e o desenvolvimento desigual e combinado. Pretende-se evidenciar o caráter dependente da Indústria Elétrica Brasileira, aprofundado após a onda privatista da década de 1990, que entregou nas mãos do capital privado internacional patrimônios energéticos estratégicos, até então públicos, responsáveis por uma produção extraordinária de riquezas a partir da geração hidrelétrica de energia, além de serem fundamentais para a garantia da soberania energética nacional.

Em “Dialética da dependência” (1973) Ruy Mauro Marini expõe o papel fundamental da América Latina na divisão internacional do trabalho, que proporcionou a elevação da taxa de mais-valia e o desenvolvimento industrial de países do capitalismo central, a partir do fornecimento de alimentos e matérias-primas industriais. A energia, entendida dentro do sistema capitalista como uma mercadoria, é matéria-prima essencial para a produção de outras mercadorias a partir dos processos de industrialização. Grande parte da extraordinária riqueza gerada pelas hidrelétricas brasileiras (graças a características geográficas favoráveis de relevo e abundância de matéria-prima – água, e ao aporte de investimentos públicos para a construção dos empreendimentos) é drenada para fora do país, pelas empresas multinacionais ganhadoras dos processos de concessão de barragens.

Para Gilberto Carlos Cervinski (2019, p. 69), a eletricidade é entendida “enquanto força material a partir das relações sociais de produção”. Segundo o

pesquisador,

a energia é concebida como produto de uma ação exclusivamente humana, resultante da atuação consciente dos seres humanos sobre a natureza para intensificar e transformar os processos de produção. Dessa forma a energia e, em especial, a eletricidade não são algo objetivo da “natureza”. Ao contrário das interpretações que idealizam a energia como produto da natureza, sem história social e nenhuma relação social de produção, entende-se a energia como produto do trabalho humano (Cervinski, 2019, p. 72).

Cervinski aprofunda a análise a partir de contribuições de Dorival Gonçalves Junior (2007), referente ao interesse das forças capitalistas em utilizar a eletricidade para aumentar a geração de lucro, sendo a mercadoria eletricidade, além de um bem de consumo (meio de subsistência), também um bem de produção (meio de produção).

A eletricidade passou a ser utilizada como elemento de produção e incorporado às “forças materiais de produção” quando os “agentes organizadores da produção”, buscando aumentar a geração de “lucro”, incorporam estes elementos no processo produtivo, visando aumentar a produtividade do trabalho para produzir maior número de unidades de mercadorias (valor-de- uso) e maior valor excedente (Cervinski, 2019, p. 73).

A alta lucratividade da indústria elétrica brasileira se deve, em parte, pela forma como o preço de venda da energia é definido, baseado no preço teto internacional (calculado a partir da energia termoelétrica) e cobrado mensalmente nas contas de luz do povo brasileiro que, segundo dados de 2022, paga a 2ª tarifa de energia mais cara do mundo, em um país onde o custo real de produção da energia é um dos mais baratos.

De acordo com Cervinski, o valor atribuído à eletricidade corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir cada uma de suas unidades. No caso da eletricidade, as unidades de grandezas utilizadas são quilowatt/hora, megawatt/hora, dentre outras. O pesquisador aponta que o custo de geração da hidroeletricidade está consideravelmente abaixo do custo médio mundial, o qual se baseia na produção de energia termoelétrica.

Ao vender a energia hidrelétrica pelo preço de energia termoelétrica, como ocorre atualmente no Brasil, as empresas produtoras de energia alcançam, além do lucro médio, um lucro extraordinário que é fruto da diferença dos custos de

produção entre as duas matrizes de geração de energia (hidrelétrica e termoelétrica). “Essa condição diferencial de valores em uma mercadoria de mesma qualidade (valor de uso), [...] é uma questão fundamental para compreender determinadas disputas empresariais na busca pela apropriação de valor excedente” (p. 75). Desta forma, as usinas hidrelétricas se constituem como locais de geração de lucros extraordinários e de disputas intercapitalistas.

Outro elemento importante a ser considerado quando analisamos o contexto da geração de energia hidrelétrica é a forma como os trabalhadores que a produzem estão inseridos nesta indústria de eletricidade. Cervinski chama a atenção para o movimento de aumentar a jornada de trabalho diária dos trabalhadores, utilizado no modo de produção capitalista, de forma a garantir a produção de mais-valia absoluta. “Em hidrelétricas são organizadas por exemplo três turnos de forças de trabalho de modo a possibilitar o funcionamento ininterrupto da produção as 24 horas do dia e os sete dias por semana” (p. 85).

Esses elementos iniciais apresentados apontam para a condição de dependência brasileira na indústria hidrelétrica, dominada por agentes privados estrangeiros, que se apropriam de importantes bases naturais e de estruturas de engenharia construídas, em grande parte, com investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e já amortizadas, para obterem lucros extraordinários a partir da superexploração de recursos hídricos e também do povo trabalhador que, em última instância, paga a conta e garante a ampliação das taxas de mais-valia das empresas privadas. Na perspectiva dos movimentos sociais populares, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se busca uma forma de ruptura com a dependência do capital.

De acordo com Ivo Marcos Theis, em “Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual” (2009), tal desigualdade se origina da divisão territorial do trabalho a nível global para diferenciar regiões do mundo, configurando paisagens diferenciadas. O comando da divisão internacional do trabalho é centralizado, assim como a produção de conhecimento e tecnologia, está tendo papel fundamental.

Dentro da perspectiva do materialismo histórico dialético, nada é estático, tudo é dinâmico, como apontado por Marx e Engels (2008, p. 13-14) “tudo o que era

sólido se desmancha no ar”. Sendo assim, regiões atrasadas dentro da lógica capitalista podem passar a interessar o capital como, por exemplo, devido a disponibilidade de mão-de-obra barata (força de trabalho) e bases naturais para geração de riquezas. Dentro disso, ocorrem processos de lutas e disputas, permeados por processos de acumulação por despossessão.

Das usinas em operação na bacia do rio Uruguai, a primeira a concluir o período de concessão será a UHE Itá, cujo contrato se encerra em dezembro de 2032. Desde já, é importante iniciar os debates em torno da questão, para construção de propostas que levem em consideração a opinião da população que foi atingida pelo empreendimento e que sente até os dias de hoje os diversos impactos materiais e imateriais causados pela barragem.

Se faz necessário analisar a indústria hidrelétrica brasileira e a quem ela privilegia, considerando que o povo paga uma das tarifas de energia mais caras do mundo, produzindo uma das energias mais baratas, com serviço de baixa qualidade e com recorrentes violações de direitos.

A estrutura da presente dissertação é composta por cinco seções, sendo: 1) Introdução; 2) O surgimento da Indústria Elétrica Brasileira e o contexto internacional; 3) UHE: uma contextualização histórica; 4) A contradição: consequências do modelo neoliberal na Indústria Elétrica Brasileira e a quem beneficia; 5) Considerações finais.

A seção 1 (Introdução) aponta o objeto de pesquisa, a problemática estudada, relevância do tema e justificativa de escolha, metodologia empregada, referencial teórico, estrutura textual e elementos gerais relevantes ao objeto de estudo. A seção 2 (O surgimento da Indústria Elétrica Brasileira e o contexto internacional) é composta por 3 subseções, as quais apresentam o processo de desenvolvimento dos estudos de aproveitamentos hidrelétricos na bacia do Rio Uruguai; a crise do modo de produção capitalista na década de 1970 e seus desdobramentos na IEB; e a contra-reforma do Estado brasileiro e o avanço das privatizações. A seção 3 (UHE Itá: uma contextualização histórica), está organizada em 5 subseções, as quais trazem uma breve caracterização do território atingido pela UHE Itá; a luta e organização popular contra as barragens e por direitos; a redução do papel do Estado na IEB e a privatização da UHE Itá;

relatos de um atingido colhidos através de entrevista; e os impactos socioambientais da privatização da UHE Itá. A seção 4 (A contradição: consequências do modelo neoliberal na Indústria Elétrica Brasileira e a quem beneficia) está dividida em 4 sub-seções, as quais abordam os temas do preço da tarifa de energia elétrica; a política de Compensação Financeira por Uso de Recursos Hídricos; a amortização das estruturas de usinas de geração hidrelétrica e o término dos contratos de concessão à iniciativa privada; e alguns exemplos de processos de retomada para o poder público de setores estratégicos para a sociedade, antes privatizados. A seção 5 apresenta as considerações finais da pesquisa, fazendo um apanhado dos elementos estudados ao longo da dissertação e apontando respostas para a problemática analisada.

2 O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA ELÉTRICA BRASILEIRA E O CONTEXTO INTERNACIONAL

Nesta seção, apresentamos elementos gerais para a compreensão do contexto político e socioeconômico internacional e, principalmente, nacional, no que diz respeito ao setor energético, num período que vai da década de 1960 até 1990, ao longo do qual diversas mudanças ocorreram no sentido de reorganização do modo de produção capitalista e de uma contra-reforma na IEB.

2.1 A IEB e os estudos para aproveitamentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai

A segunda metade da década de 1950 e início da década de 1960 foram marcadas pelo projeto nacional-desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília e um intenso processo de industrialização e urbanização do Brasil, com aumento dos investimentos em geração de energia. O processo de organização da indústria estatal de eletricidade brasileira teve início em 1960, com a criação do Ministério de Minas e Energia (MME) através da Lei nº 3.782, de 22 de julho 1960.

Antes disso, em 1954, o presidente Getúlio Vargas já havia proposto a criação da Eletrobras. Em 1961, durante o governo do presidente Jânio Quadros, foi aprovada a Lei nº 3.890-a, de 25 de abril, que autorizou a criação da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras, sendo instalada oficialmente em 1962, durante sessão solene que contou com a presença de João Goulart, presidente à época. A Eletrobrás contava com diversas subsidiárias que foram sendo criadas nos anos seguintes: sendo elas: CGT Eletrosul (1968), Chesf (1962), Eletronorte (1972), Eletronuclear (1997), Eletrobras Furnas (1962), Itaipu Binacional (1973).

No ano de 1968, mais especificamente em 23 de dezembro, foi constituída a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A - Eletrosul, sendo uma subsidiária da Eletrobras. A autorização do funcionamento da Eletrosul foi estabelecida pelo Decreto nº. 64.395, de 23 de abril de 1969, autorizando à subsidiária o início das

atividades de geração e transmissão de energia elétrica nos três estados da região Sul.

Somado a isso, conforme resgate histórico feito por Cervinski (2019, p. 128) com “[...] a realização de grandes estudos através da Canambra (*Canadian American Brazilian*) para geração por meio de grandes projetos hidrelétricos e linhas de transmissão de médio e longo”, as bases para a consolidação da Indústria Elétrica Brasileira (IEB) estavam criadas. Segundo Madalena Junqueira Aires (2009),

Em 1962, o governo brasileiro, em parceria com o Banco Mundial e com o Fundo Especial das Nações Unidas, contratou o Consórcio de Consultoria Canambra, constituído pelas empresas canadenses *Montreal Engineering* e *Crippen Engineering*, e pela empresa americana *Gibbs & Hill*. Com isso, obtiveram-se o primeiro levantamento sistemático de potenciais hidrelétricos dos rios das regiões Sudeste e Sul e a sugestão de um conjunto de obras de hidrelétricas e linhas de transmissão de energia elétrica. A proposta de expansão da indústria elétrica tinha, como uma de suas características, o aproveitamento de um conjunto de projetos hidrelétricos a fim de combinar aproveitamentos de uma mesma bacia hidrográfica (Aires, 2009, p. 30).

Segundo Elis do Nascimento Silva (2016, p. 90-91), na época, o levantamento foi encomendado pelo Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul (Enersul), sendo conduzido entre os anos de 1966 a 1969. Os resultados foram publicados em setembro de 1969, no relatório *Power Study of South Brazil*, que apresentou a possibilidade de 30 barramentos na bacia do Rio Uruguai. Já em 1968, com a criação da Eletrosul, esta solicitou “em maio de 1976, a autorização ao Ministério das Minas e Energia para a reelaboração dos estudos de aproveitamento energético da bacia do Rio Uruguai”, então realizados pela Canambra, devido a necessidade de revisão dos estudos, conforme informações presentes no Relatório Geral do Estudo de Inventário publicado pela Eletrosul posteriormente, em 1979, ano em que inventário foi concluído, o qual apontou a viabilidade de construção de 22 usinas de geração de energia hídrica, dentre elas, a UHE Itá.

Segundo dados da Eletrosul e CNEC citados por Silva (2016),

[A] Eletrosul escolheu, através de licitação, o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A (CNEC) para realização dos novos estudos sobre o aproveitamento energético da bacia do rio Uruguai, assinando contrato em outubro de 1977. Visando antecipar o início dos estudos e levantamentos de mais longa duração, particularmente relativos à coleta de dados básicos para a realização dos trabalhos, a ELETROSUL estabeleceu convênios com a Fundação IBGE, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEE/RS), o Governo do Estado de Santa Catarina, o Departamento Nacional de Obras

e Saneamento (DNOS), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento Nacional de Reforma Agrária (DNPM) [escrita da autora], o NUCLEBRÁS, entre outras instituições e órgãos governamentais (Eletrosul; CNEC, 1979 *apud* Silva, 2016, p. 92-93).

O inventário já apontava que a cidade de Itá seria alagada com a construção da UHE e, ainda em 1979, conforme a notícia da construção da barragem foi se espalhando, deu-se início a um longo e intenso processo de contestação por parte das pessoas que seriam atingidas pelo empreendimento, processo este que resultou no surgimento de uma comissão em oposição à barragem no mesmo ano, sendo que em 1980, surge a Comissão Regional de Atingidos por Barragens – CRAB, da qual falaremos em mais detalhes na próxima seção.

A organização da IEB, de certo modo alcança seus limites no final da ditadura empresarial-militar, num cenário de crise econômica, em que a alternativa criada nos anos 1980 a 1990 foi de reestruturar a IEB. Os projetos de hidrelétricas ficam paralisados, momento também em que os Movimentos Sociais Populares (MSP) se organizam. Grandes mudanças ocorrem neste período no Brasil, com o fim do regime ditatorial em 1985 e a convocação no mesmo ano da Assembleia Nacional Constituinte, pelo então presidente José Sarney, seguido da aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”.

Outro marco importante foi a criação da Resolução CONAMA¹ nº 001, de 23 de janeiro de 1986¹², a qual “Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA”. De acordo com Silva,

Com o objetivo de estabelecer maior rigor na avaliação de “impactos” e licenciamento de obras causadoras de efeitos socioambientais (dentre elas, as do setor elétrico), os processos e licenciamento ambiental passaram a ser requeridos e concedidos através de três tipos de licenças, definidas pela Resolução 006/87 do CONAMA, como Licença Prévia (LP), de Instalação (LI) e Operação (LO), sendo também referenciada a fase posterior de acompanhamento das consequências socioambientais (Silva, 2016, p. 88).

É importante destacar que os avanços na legislação ambiental são conquistas da classe trabalhadora, resultado do processo de contestação e luta popular, como resposta aos MSP que questionavam os projetos de hidrelétricas. Nos anos 1990, o controle da legislação ambiental é apropriado pelo capital no

¹ Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Brasil, em uma manobra já conhecida ao longo da história, de apropriação de pautas da classe trabalhadora pelo capital, o qual dá a elas o rumo que lhe convém.

2.2 A crise do modo de produção capitalista na década de 1970 e seus desdobramentos na IEB

Aqui, consideramos importante trazer um breve resgate histórico do cenário mundial das forças capitalistas anteriormente à criação da IEB. No período após a Segunda Guerra Mundial (1945), o modo de produção capitalista iniciou um processo de crescimento acelerado e econômico, principalmente nos países do capitalismo central da América do Norte, Europa Ocidental e Japão. A reconstrução de diversos países atingidos pela guerra impulsionou um movimento de aumento na produção de mercadorias em escala mundial, o que mais tarde, no final da década de 1960 e início de 1970, levou a uma grande crise de superprodução, ao passo que havia mais produção do que consumo, somado a exploração intensificada da força de trabalho dos trabalhadores, que recebiam baixas remunerações em condições insalubres de trabalho.

Segundo Alessandro de Moura (2020), no artigo “A crise dos anos 1970: uma longa crise de superprodução” publicado no portal Esquerda Diário,

Além da desigualdade na estrutura de empregos e salários, de acordo com Brenner (2003), “Os salários reais foram assim forçados a baixar vis-à-vis o nível de produtividade, permitindo aos fabricantes obter grandes superávits em relação a seus estoques de capitais”. Ainda, segundo o autor: “As altas taxas de lucro desse modo asseguradas abriram o caminho para as altas taxas de acumulação de capital que dirigiram o *boom* ao fortalecer o rápido crescimento da produtividade, do emprego e dos salários (...)”. (BRENNER, 2003, p. 48). Acrescenta-se que a repressão às reivindicações trabalhistas e os baixos salários estavam na raiz das altas taxas de crescimento e de lucros nesse boom do pós-guerra (Moura, 2020).

Outro aspecto apontado por Alessandro de Moura é o processo de desenvolvimento desigual experimentado por diferentes países neste período histórico, em virtude do crescimento do comércio e da divisão internacional do trabalho. Os maiores índices de crescimento aconteceram nos países que estavam no centro do capitalismo mundial. Para Moura,

a rápida reconstrução ampliou consideravelmente a produção em escala

mundial nos mercados globais, capacitando importantes economias para concorrência internacional. De acordo com Arrighi: “O resultado foi uma intensificação da competição intercapitalista, que foi o aspecto mais importante da crise de sobreacumulação do final da década de 60 e início de 70”. (ARRIGHI, 1998, p. 119). [...] Assim, foi a alta competitividade entre as potências globais conduziu à crise de superprodução e vertiginosa queda da taxa de lucros e de acumulação do capital internacionalmente nas décadas que se seguiram. Essa crise marcou o fim da fase de equilíbrios instáveis do acordo de Bretton Woods, que se somou à crise no setor de manufaturados e crise energética (com destaque para indústria automobilística, construção civil, siderurgia e petroquímica). A explosão da crise internacional deu início a uma longa fase de baixo crescimento. Assim, passou-se de uma “onda longa expansiva” para uma “onda longa depressiva” com breves períodos de retomada de crescimento (Moura, 2020, sem paginação).

No início da década de 1970, mais especificamente em 1973, a crise de superprodução eclode com mais intensidade, fazendo com que o sistema capitalista entrasse em uma profunda recessão, e desencadeou outras crises em escala global. Numa tentativa de reestruturação do modo de produção capitalista e de contenção de tensões sociais e políticas, de forma a retomar as taxas de lucro das grandes economias mundiais, muitos países pelo mundo passaram a implementar políticas neoliberais.

Em 1973, o mundo estava no meio da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética e os blocos que ambos lideravam. De acordo com artigo de Guillermo D. Olmo publicado em 23 de outubro de 2023 pela BBC, após o apoio declarado pelos Estados Unidos a Israel, durante a Guerra do Yom Kippur, “[...] os países árabes exportadores de petróleo, liderados pela Arábia Saudita, decidiram impor um embargo petrolífero a Washington e seus aliados, que levou os preços do petróleo bruto a dispararem, abalando as economias dos EUA e do mundo”. Moura salienta outro aspecto da crise, em que surge a participação do Estado e do capital financeiro.

Em tal quadro, os Estados e os grandes bancos, das principais potências econômicas mundiais, correram para salvar os capitalistas que eram considerados “grandes demais para falir”. (KRUGMAN, 1999; ARRIGHI, 1998, CHESNAIS, 1996). Os grandes capitalistas receberam fartos investimentos e empréstimos que lhes permitiram reconstruir monopólios comerciais, industriais e investir grandes montas de capitais no capital financeiro. Esse processo gerou o endividamento dos Estados, das empresas e das famílias que recorriam aos créditos cada vez mais abundante. Por outro lado, os médios e pequenos capitalistas acabaram enfrentando as consequências mais desastrosas da crise nos variados ramos produtivos (Moura, 2020, sem paginação).

Voltando o olhar para o Brasil, durante o período da ditadura empresarial-

militar (1964-1985), “[...] para evitar o avanço da estatização o governo procurou limitar as funções do setor público. Uma das áreas consideradas como campo de atuação direta do governo eram os setores de infraestrutura” (Cervinski, 2019, p. 128). Assim, a reestruturação da IEB promovida pelo regime empresarial-militar transferiu ao Estado a “execução de obras intensivas em capital com longo tempo de rotação e menor lucratividade e a iniciativa privada ficava com as atividades de menor tempo de rotação de capital e maiores taxas de lucratividade” (p. 132).

No período das décadas de 1970 e 1980, no Brasil, deu-se início a construção de grandes projetos de hidrelétricas por meio de empresas estatais. Conforme Cervinski,

Frente à crise, o governo brasileiro buscou implementar a partir de 1974 o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico como estratégia para ampliar a base do sistema industrial e aumentar a inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho (SAUER, 2002). Neste processo, o setor intensificou os planos de longo prazo com a construção de grandes obras de geração hidrelétrica, porém com grande endividamento externo em moeda estrangeira (SAUER, 2002, p. 121). [...] A década de 70 é marcada também pela mudança no padrão de financiamento do setor elétrico. Com a crise do petróleo, o setor elétrico nacional foi abandonando a estratégia de ampliação pelo autofinanciamento, reforçando o mecanismo imposto pelo capital financeiro de endividamento dos Estados e empresas estatais por vias da dívida externa. No processo de construção de Itaipu Binacional cria-se uma nova estrutura de financiamento precursora da engenharia financeira empregada na atualidade, especialmente para indústria de infraestrutura, denominada *project finance*. Conforme Maggi (2013, p. 58), esta engenharia financeira assegura o pagamento do empreendimento (construção/operação/manutenção) com lucros elevados, amarrando-o, em contratos de comercialização de toda a produção do empreendimento durante o período de concessão (Cervinski, 2019, p. 136).

A eletricidade passou a ser vista como uma forma de resgatar a taxa de lucro no modo capitalista de produção, por ser uma mercadoria capaz de intensificar a produção de outras mercadorias, e a baixo custo e com alta produtividade, considerando a matriz hídrica. Diante da demanda por produção e controle da produção de eletricidade, “a partir dos anos 1990 o processo de privatização das estatais passou a ser a política dos governos para as empresas estatais de energia, subordinado ao paradigma do Consenso de Washington (CW)” (Cervinski, 2019, p. 138), sendo este um exemplo de como se materializa o processo de acumulação por despossessão patrimonial.

Cervinski aponta diversos desdobramentos da implementação da política do Consenso de Washington para a indústria elétrica brasileira, dentre eles:

o fracionamento em vários segmentos de negócios - geração, transmissão, distribuição e comercialização (GTDC); o controle privado hegemônico; a institucionalização da eletricidade como mercadoria com o seu preço internacionalizado; a reorganização nos processos de trabalho; a criação de instituições de estado que regulam a indústria de eletricidade com o discurso que são instâncias técnicas que atuam com neutralidade e sem atender os interesses empresariais dos setores que regulam e fiscalizam; e a criação de um conjunto de leis e regulamentos que consolidaram e solidificaram a lucratividade da indústria em toda a cadeia (Cervinski, 2019, p. 145).

O CW resultou em mudanças profundas na IEB, se consideramos o cenário anterior e posterior a década de 1990. Cervinski traz elementos de como a IEB se estruturava até o início da década de 1990, a qual

caracterizava-se por estruturas de organização de empresas verticalizadas (ou semiverticalizadas), onde uma única empresa produzia, transportava e distribuía a energia elétrica. Enquanto o Estado controlava a geração, transmissão e distribuição, as empresas privadas atuavam através dos negócios anteriores a produção da eletricidade - através de consultorias, financiamentos, fornecimento de máquinas e equipamentos, construção das obras, entre outros, e nos negócios posteriores, como o recebimento de eletricidade a baixo custo para ser utilizado no atendimento a indústria eletrointensiva que demandava grandes quantidades de energia (Cervinski, 2019, p. 131).

É possível perceber que, o processo de privatização das estatais de energia brasileiras, intensificado a partir de 1994, foi uma das bases para a consolidação do controle privado de patrimônios energéticos estratégicos, com predominância do capital financeiro internacional.

2.3 A contra-reforma do Estado brasileiro e o avanço das privatizações

Segundo Elaine Behring (2008, p. 27), o decorrer da década de 1980 para 1990, “[...] vai se configurando a derrota de uma agenda progressista para o Brasil e a afirmação das chamadas ‘reformas orientadas para o mercado’”. Na década de 1990, com este processo mais consolidado, “[...] o Brasil adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, mais uma vez adaptando-se às requisições do capitalismo mundial” (p. 113).

A autora afirma que a década de 1990 foi marcada por uma “[...] contra-reforma do Estado, que implicou um profundo retrocesso social, em benefício de poucos” (p. 22), impulsionada com o lançamento do Plano Real, em 1994,

elaborado pela equipe de Fernando Henrique Cardoso, quando este era Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco. FHC foi eleito presidente do Brasil em 1994, passando a governar a partir do ano seguinte.

Durante a Era FHC (1995-2002), o economista Luiz Carlos Bresser- Pereira, então ministro do extinto Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, teve papel importante no projeto e na implementação do que Behring chama de “contra-reforma do Estado brasileiro”. O ministro foi quem dirigiu a equipe de formulação do Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (PDRE-Mare).

Segundo Behring, para Bresser-Pereira “Ao Estado cabe um papel coordenador suplementar (p. 173), portanto, havia necessidade de ser feita uma reforma orientada para o mercado, com a criação de (p. 175) “[...] um Estado intermediário (nem liberal, nem intervencionista) cuja existência está condicionada aos processos de privatização [...] e de liberalização comercial”. Seguindo nesta linha, o projeto do Governo FHC configurou um caminho para a criação desse Estado intermediário.

De acordo com Behring,

Bresser propõe um *pacto de modernização* em torno dessa proposta, que se inicia com a liberalização comercial, as privatizações e o programa de estabilização monetária (Plano Real) e prossegue com a reforma da administração pública: a chamada reforma gerencial do Estado. Este é o desenho da auto-intitulada “reforma” e que foi totalmente incorporado como projeto de governo, por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (PDRE-Mare). [...] as proposições do PDRE, elaborado pelo Mare e aprovado em setembro de 1995 na Câmara da Reforma do Estado, um órgão interministerial criado para este fim, e que orientaram, dentre outros processos e legislações, a Emenda Constitucional nº 19, de 19/06/98, que trata da “reforma” da administração pública. Já na apresentação do documento, FHC reitera os argumentos de que a crise brasileira da última década foi uma *crise do Estado*, que se desviou de suas funções básicas, do que decorre a deterioração dos serviços públicos, mais o agravamento da crise fiscal e da inflação. Trata-se, para ele, de fortalecer a ação reguladora do Estado numa economia de mercado, especialmente os serviços básicos e de cunho social (Behring, p. 76-77).

Conforme apontado por Behring, ao transferir o controle de atividades para o mercado, como a gestão de empresas estatais, “[...] O Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor” (p. 179). Para convencer a população brasileira de que o plano em ação era vantajoso, “[...] foi

desencadeada uma verdadeira campanha de mídia para legitimar e facilitar as privatizações, criando uma subjetividade antipública” (p. 200).

Um ponto que chama atenção na análise apresentada por Behring a respeito do processo de contra-reforma do Estado brasileiro, que resultou num profundo movimento privatista, é que patrimônios públicos nacionais foram entregues, principalmente, ao capital estrangeiro. Além disso, “[...]o preço das estatais não foi calculado pelo patrimônio que elas acumularam, mas pela expectativa do faturamento” (p. 201).

A autora também apresenta em seu livro alguns elementos sobre o cenário que propiciou a ofensiva estrangeira sobre as empresas públicas brasileiras, trazendo contribuições de Reinaldo Gonçalves:

[...] as *mudanças no aparato regulatório* que foram abolindo gradualmente as restrições ao IED (investimento externo direto) ao longo dos anos 1990. Já entre 1991 e 1993 foram feitas mudanças na legislação básica para facilitar o fluxo do capital estrangeiro. Em 1994, cai a Lei da Informática. Em 1996, há a quebra do monopólio estatal do petróleo, permitindo sua exploração por empresas privadas. A partir de então, foram ampliadas/flexibilizadas as condições para a participação do capital estrangeiro, inclusive em setores estratégicos, a exemplo do petróleo e da exploração de grandes riquezas minerais (Vale do Rio Doce). [...] Entre 1995 e 1998, houve cerca de 1.500 processos de aquisição e fusão, com a participação majoritária do capital estrangeiro em 59% deles, atingindo mais profundamente os seguintes setores: mineração, material eletrônico, elétrico e comunicações, autopeças e produtos alimentícios diversos, [...] bancos, seguros, energia elétrica, supermercados e meios de comunicação (Gonçalves, 1999, p. 124, *apud* BEHRING, 2008, p. 232-233).

Behring aponta ainda que, de 1997 a 1998, “[...] a participação do capital estrangeiro no conjunto das maiores empresas” nacionais subiu de 36% para 42%, num aumento de 8%.

A autora também traz contribuições de Aloysio Biondi (2000, p. 41 *apud* Behring, 2008, p. 235) para tratar dos impactos da contra-reforma, afirmando que, com as privatizações, “[...] a dívida pública não caiu, as tarifas dos serviços públicos não tiveram a redução anunciada, a qualidade dos serviços não aumentou, o controle das agências reguladoras previstas no PDRE tem sido frágil, permitindo desmandos incríveis”.

Ainda segundo Biondi,

[...] cerca de 49% das famílias de São Paulo não estavam conseguindo pagar suas contas de luz em 2000, porque as empresas privatizadas excluíram as tarifas mais baratas cobradas dos que tinham consumo mais

baixo (2000: 41). [...] o suplemento especial da *Folha de São Paulo*, de 20/8/99, intitulado “Pós-privatização: o fiasco das agências”, com ênfase nos setores de energia elétrica, transportes e telefonia [...] indica o aumento das queixas dos consumidores no Procon, em especial na telefonia e no setor de energia elétrica, e as enormes dificuldades das agências preconizadas no PDRE de exercerem seu papel de controle, por falta de fiscais. Assim, a Aneel e a Anatel, por exemplo, partiam exclusivamente das informações das empresas, não possuindo naquele momento, meios próprios e eficientes de fiscalização (Biondi, 2000, p. 41 *apud* Behring, 2008, p. 235).

Elaine Behring afirma que a contra-reforma “[...] levou à fragilidade institucional, já que os centros de decisão se deslocaram com a mudança de propriedade, implicando perda de poder de regulação por parte do Estado, com consequentes riscos e incertezas para a maioria da população brasileira”. A autora complementa a análise a partir de Leda Maria Paulani (1998), na qual

Paulani refere-se aos processos de privatização como a dança dos capitais em sua fecunda caracterização da privatização brasileira como uma reestruturação patrimonial de grandes proporções, na qual tem-se “o fortalecimento de determinados grupos, a desnacionalização e o aumento do grau de concentração e, portanto, do poder de monopólio em quase todos os setores” (Paulani, 1998, p. 45, *apud* Behring, 2008, p. 241).

Nesta sub-seção, pretendeu-se enfatizar as consequências do avanço da agenda neoliberal no Brasil na década de 1990, o que levou a um amplo processo de privatizações e redução do papel do Estado no controle de setores estratégicos para o país, como a indústria elétrica nacional. Neste contexto, podemos analisar de forma crítica, inclusive, o papel da ANEEL, agência reguladora da IEB, a qual foi criada a partir de uma visão voltada ao mercado, e não às necessidades e especificidades da classe trabalhadora no Brasil. Podemos concluir que a contra-reforma do Estado brasileiro impacta a vida do povo até os dias atuais, povo este que paga a segunda tarifa de energia mais cara do mundo, garantindo, assim, a produção de mais valor para os donos das empresas que lucram com a indústria elétrica nacional.

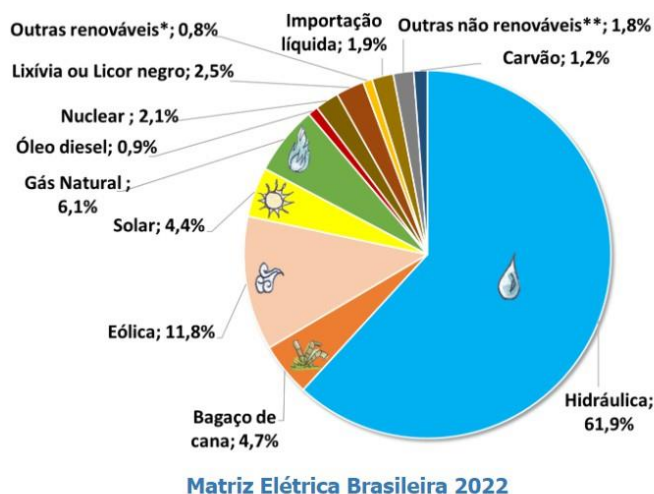
Partindo do geral para o específico, a próxima seção volta o olhar para o objeto deste estudo de caso, a UHE Itá, pretendendo, assim, aprofundar a análise dos impactos socioambientais da privatização da IEB, à luz do resgate histórico realizado ao longo da seção.

3 UHE ITÁ: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

No cenário mundial de disputas guiadas por interesses capitalistas, o Brasil é um país que se destaca por sua grande biodiversidade e abundância de recursos hídricos e minerais, estratégicos para o desenvolvimento das forças produtivas. No contexto do modo de produção capitalista, é visto como um território prioritário para a exploração por parte das empresas multinacionais, tanto das bases naturais e infraestruturas, como da força de trabalho dos brasileiros e brasileiras, facilitando processos de acumulação por despossessão. O território nacional apresenta eficiência em produção de energia, possuindo uma grande quantidade de Usinas Hidrelétricas (UHE's) e a maior reserva de água doce do mundo, o que nos coloca no centro da disputa mundial por este recurso.

A geração de energia elétrica é essencial para o desenvolvimento das forças produtivas, por apresentar um baixo custo de produção e alta eficiência na geração a partir da matriz hídrica, que é responsável por mais de 60% de toda a energia elétrica produzida no Brasil, conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Figura 1 – Matrizes de geração de energia no Brasil (em %)



(BEN, 2023; total em 2022: 677 TWh - terawatt-hora)

(*incluindo lenha, biodiesel e outras renováveis; **incluindo óleo combustível, gás de coqueria, outras secundárias e outras não renováveis)

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

O avanço dos estudos de aproveitamentos hidrelétricos em território nacional se deu, principalmente, no período da ditadura empresarial-militar, em meados da década de 1960, com a justificativa de impulsionar o processo de industrialização e urbanização interno e também como símbolo de potência do país e do regime. Assim, o Estado encaminhou o desenvolvimento de diversos estudos de viabilidade para geração de energia nas principais bacias hidrográficas do país, dentre elas, a Bacia do Rio Uruguai, localizada na região Sul. Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (2021, p. 14). “à Eletrobras projetava construir 22 hidrelétricas na Bacia do Uruguai, que poderiam expulsar cerca de 200 mil pessoas”.

3.1 Caracterização do território atingido pela UHE Itá

A UHE Itá, objeto deste estudo de caso, está localizada na Bacia do Rio Uruguai, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS). A Bacia do Rio Uruguai possui uma área de 385.000 km², sendo que 174.412 km² (45%) estão em território brasileiro. O Rio Uruguai é internacional, estando na fronteira entre o Brasil e Argentina e entre a Argentina e o Uruguai. Em território brasileiro, o rio percorre a fronteira entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que sua bacia abrange 384 municípios entre os dois estados. 73% da área da bacia localiza-se no Rio Grande do Sul e 27% em Santa Catarina.

Conforme dados presentes na publicação “Caderno da Região Hidrográfica do Uruguai”, produzida pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (2006),

O rio Uruguai é formado da confluência do rio Pelotas com o rio Canoas, a partir daí percorre um percurso de 2.200km de extensão, até a sua foz no estuário do rio da Prata. [...] A menor [Região Hidrográfica do Brasil] é a Região Hidrográfica Uruguai, que corresponde a apenas 2% do território do país. Apesar de sua pequena expressão territorial, as atividades agroindustriais e o potencial hidrelétrico colocam a Região Hidrográfica do Uruguai em lugar de destaque no cenário nacional. Após a confluência de seus formadores, o rio Uruguai escoar na direção leste-oeste como divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Recebe importantes contribuições dos rios do Peixe, Irani, Chapecó e Antas (margem direita ou Catarinense) e ainda dos rios Apuaê (ou Ligeiro), Inhandava (ou Forquilha), Passo Fundo, da Várzea e Guarita (afluentes da margem esquerda ou gaúcha). Ao receber as águas do rio Peperi-Guaçu, toma a direção sudoeste, passando a seu trecho fronteiro, onde recebe as seguintes afluições, todas pela margem esquerda (em território nacional): Turvo, Santa Rosa, Santo Cristo, Ijuí, Icamaguã. Piratini, Butuí e Ibucuí. Após a afl

uência do rio Quaraí, deixa de banhar o território brasileiro, dirigindo-se para o sul, passando a dividir a Argentina e o Uruguai, até sua foz (MMA, 2006, p. 21-22).

Segundo informações compiladas pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí, um dos comitês de Bacia da Região Hidrográfica do Uruguai,

A vazão média anual da Região Hidrográfica do Uruguai corresponde a 2,6% da disponibilidade hídrica do País. Originalmente a região apresentava, em termos de vegetação, nas nascentes do rio Uruguai, os Campos e a Mata com Araucária, e na direção sudoeste, a Mata do Alto Uruguai (Mata Atlântica). Atualmente a região encontra-se intensamente desmatada e apenas áreas restritas conservam a vegetação original. As principais alterações são consequências da expansão agrícola, notadamente das lavouras de arroz irrigado na região da Campanha, soja e trigo no Planalto. Nas áreas de minifúndio, localizados juntos aos vales, se desenvolveram intensamente a suinocultura e avicultura (Comitê Ibicuí, 2018).

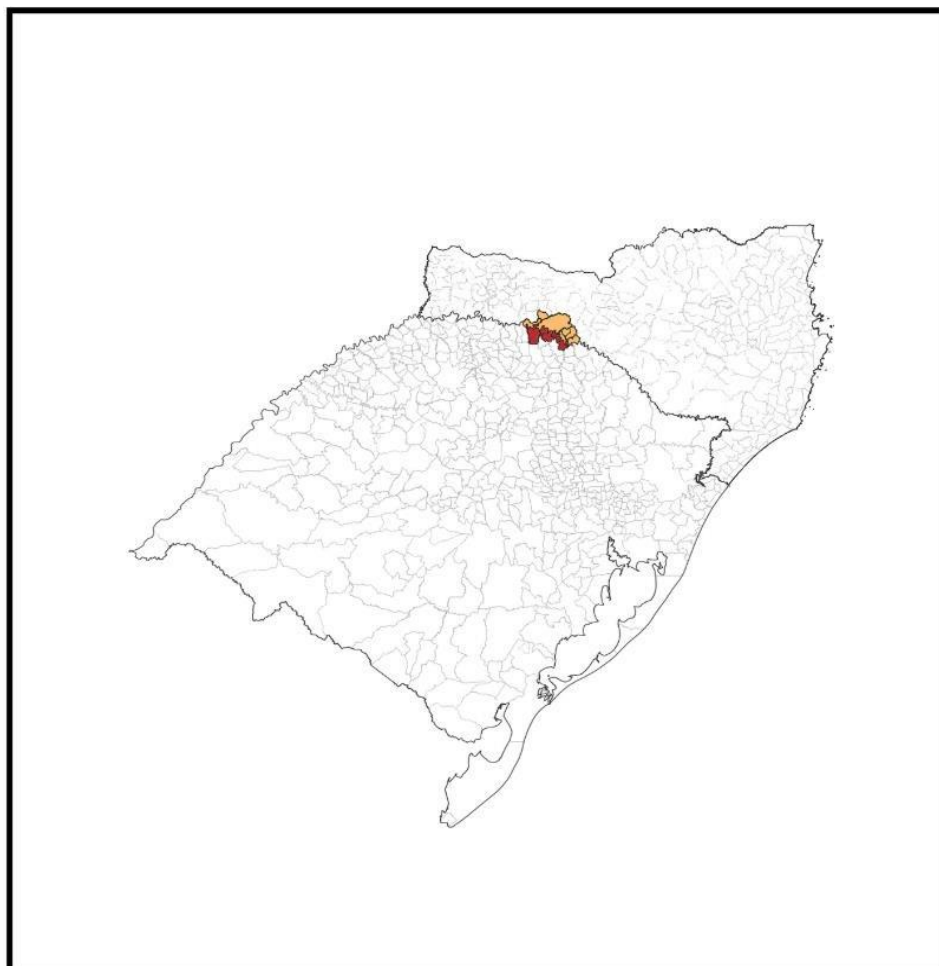
Figura 2 – Localização dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul



DATUM Sirgas 2000

Coordenadas UTM, fuso 23 Sul

Figura 3 – Localização dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com indicação dos municípios atingidos pelo reservatório da UHE Itá

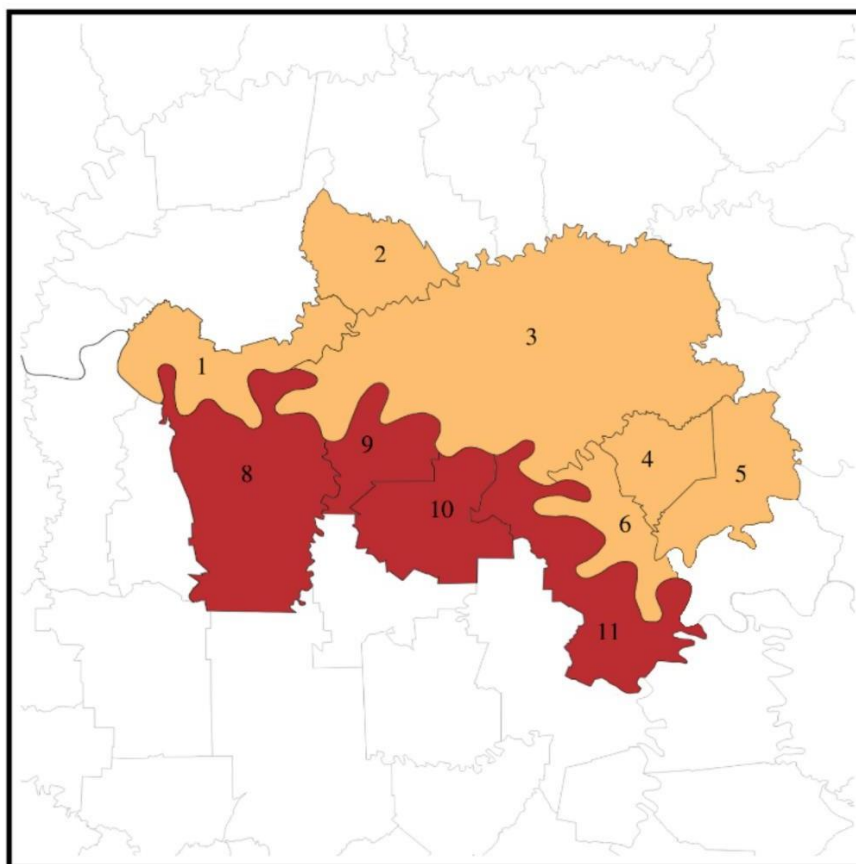


DATUM Sirgas 2000

Coordenadas UTM, fuso 23 Sul

Fonte: IBGE. Elaboração: Grasielle Berticelli.

Figura 4 – Localização dos municípios atingidos pela UHE Itá nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul



Legenda:

1 - Itá (SC)

5 - Ipirá (SC)

8 - Mariano Moro (RS)

DATUM Sirgas 2000

2 - Arabutã (SC)

6 - Alto Bela

9 - Severiano de

Coordenadas UTM, fuso 23 Sul

3 - Concórdia (SC)

Vista (SC)

10 - Marcelino

Fonte: IBGE

4 - Peritiba (SC)

7 - Aratiba (RS)

Ramos (RS)

Elaboração: Grasielle Berticelli

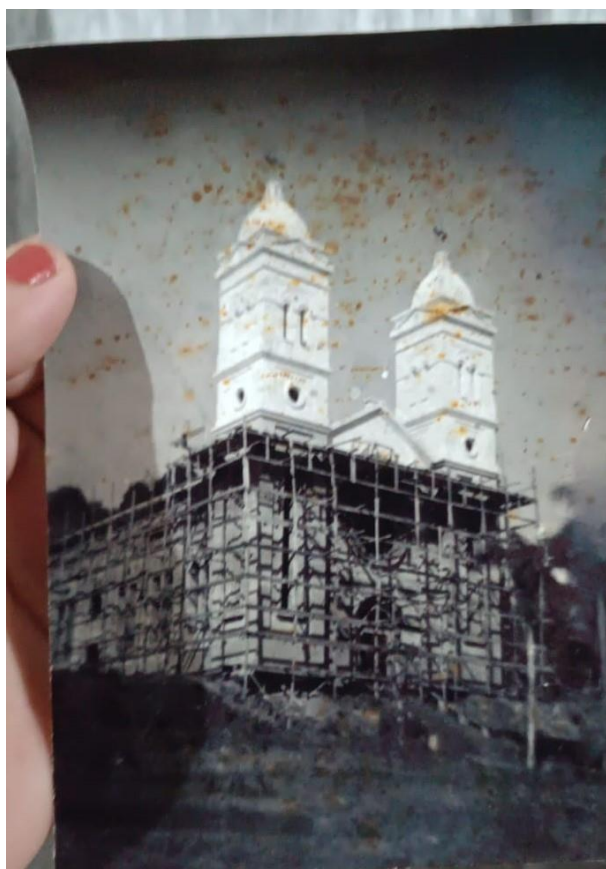
Fonte: IBGE. Elaboração: Grasielle Berticelli.

Foto 1 - Antiga cidade de Itá/SC, em 1983



Fonte: arquivo pessoal. Registro feito no Museu do Balseiro.

Foto 2 - Primeiro registro fotográfico da Igreja de Itá, em 1956



Fonte: arquivo pessoal. Registro feito no Museu do Balseiro.

Foto 3 - Ruínas da antiga cidade de Itá/SC



Fonte: arquivo pessoal. Registro feito no Museu do Balseiro.

Foto 4 - Torres da Igreja de Itá sobre o lago da UHE Itá



Fonte: acervo do MAB.

De acordo com informações presentes no Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Itá, elaborado pelo CNEC — Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A para a Eletrosul (1990),

[...]na área a ser diretamente afetada pelo empreendimento, existem 2.036 propriedades rurais, das quais 70% tem área inferior a 20ha, enquanto menos de 5% tem área superior a 50ha. [...] O setor

agropecuário, no entanto, ainda é a base da economia da região e empregava, em 1980, cerca de 60% de sua população economicamente ativa. O seu pólo dinâmico é a suinocultura e a avicultura, desenvolvidas nas pequenas propriedades rurais e integradas as grandes agroindústrias da região (Seara. Sadia, Chapecó e Perdigão) e as cooperativas (Copérdia e Cotrel, entre outras). A importância do complexo agroindustrial na região de "Itá" é tal que, entre os produtores rurais da área a ser diretamente atingida com a construção do empreendimento, 47% estão integrados as agroindústrias e 38% as cooperativas. Intimamente ligada á suinocultura, aparece á cultura do milho que ocupa a maior parte da área cultivada e responde por 70% do valor da produção agrícola. Cerca de 80% do milho produzido são consumidos nas próprias propriedades rurais como ração (CNEC, 1990, p. 42-43).

Atualmente, o setor agropecuário segue tendo importância fundamental para a economia no território atingido, com destaque para a agricultura familiar e agroindústrias. Diversos municípios atingidos apresentam diminuição de território e de população após a construção e operação da UHE Itá, assim como uma redução de investimentos em infraestrutura e diminuição da oferta de trabalho e geração de renda.

3.2 A luta e organização popular contra as barragens e por direitos

Consideramos importante tratar aqui, também, dos conflitos resultantes dos processos de luta e resistência protagonizados pelos atingidos e atingidas por barragens, decorrentes da instalação do empreendimento. Segundo estudo feito por Viana (2003), em 1979, a Eletrosul publicou o estudo de viabilidade para construção da UHE Itá. A partir disso, os rumores da vinda da barragem começaram na região, assim como as movimentações questionando a sua construção e os impactos socioambientais para a região e a população. O território atingido pela UHE Itá foi um dos principais núcleos de luta contra a construção de barragens e pela garantia de direitos para as populações atingidas na região Sul, onde surgiu a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB).

Na década de 1980, se intensificou o surgimento de movimentos regionais, em diversas regiões do país, que questionavam a implementação de projetos de grandes barragens e o conceito de população atingida empregado, que considerava como detentores de direitos apenas os proprietários legais de terra. De acordo com o MAB (2021, p. 14) "não eram reconhecidas as pessoas, mas, sim, as propriedades".

Ainda de acordo com o MAB (2021), três grandes movimentos começaram a se organizar no final da década de 1970 e início de 1980, sendo a CRAB, na Bacia do Rio Uruguai, no Sul do Brasil, surgida a partir da organização dos ameaçados pelas UHE Itá e Machadinho; o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, no Rio Tocantins, na região Norte; e na região Nordeste uma articulação intersindical com os atingidos pela barragem de Sobradinho, no Vale do Rio São Francisco. A construção da UHE Itaipu também impulsionou a criação, em 1980 com duração até 1982, do Movimento Justiça e Terra, composto por agricultores dos municípios de Santa Helena, Foz do Iguaçu, dentre outros.

Conforme os registros do MAB (2021) a CRAB, fundada em abril de 1979, foi a primeira experiência de organização e mobilização anterior à construção de uma barragem, tendo como estopim o avanço dos projetos de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai. Dentre as problemáticas apontadas, estavam a violação do direito de acesso à informação, de participação nos processos de decisão e de garantia de reparação das perdas ao povo atingido pelos projetos, pela inexistência de uma política sólida de direitos.

Foto 5 - Assembleia dos atingidos por barragens – Erechim/RS, 25 de julho de 1988



Fonte: acervo do MAB

Foto 6 - Mobilização dos atingidos pela UHE Itá, em 1988



Fonte: acervo do MAB.

Foto 7 - Ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves assina, acordo com atingidos - Brasília, 06 de novembro de 1987



Fonte: acervo do MAB.

A década de 1980 foi marcada por intensas lutas sociais populares para impedir o avanço dos projetos das usinas hidrelétricas de Machadinho e Itá, localizadas na Bacia do Rio Uruguai entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Carina. As reivindicações foram enfim atendidas com o acordo realizado em 1987 entre a Eletrosul e a CRAB, o qual barrou as negociações individuais entre a

empresa e os atingidos e estabeleceu a criação de reassentamentos coletivos, num fato histórico em que a organização do povo foi reconhecida como interlocutora válida na negociação com a Eletrosul.

Em 1989, a CRAB organizou o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com ajuda do movimento sindical e setores da Igreja Católica, que culminou em um processo de incentivo à criação de comissões regionais de atingidos em diversas regiões do Brasil, em luta contra o modelo energético herdado da ditadura empresarial-militar. Posteriormente, surgiram a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu (CRACOHX) e a Coordenação dos Atingidos por Barragem do Trombeta (CABT), no Pará; o Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia (MABRO), em Rondônia; o Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB), em São Paulo; e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), no Paraná (MAB, 2021, p. 16-17).

Em 1991, foi realizado o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, em Brasília, onde foi criado o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), “nacional, popular e autônomo”, no dia 14 de março. A data passou a ser conhecida como Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo atualizada para Dia Internacional de Luta Contra as Barragens em 1997, em ocasião do I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, em Curitiba/PR.

Na década de 1990, as reivindicações dos atingidos por barragens tinham como centro o cumprimento dos acordos pelas empresas, num contexto de avanço da crise econômica, do neoliberalismo, das privatizações com o empoderamento das empresas privadas. Também se posicionavam frente ao Estado brasileiro e a indústria elétrica quanto à participação popular “no planejamento, decisão e execução da política energética” (MAB, 2021, p. 21).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, deu-se início a um processo massivo de privatizações dentro da IEB, quando muitas das hidrelétricas já estavam em construção, com uso de recursos públicos, vindos principalmente do BNDES. Assim, a compra de UHE's por empresas privadas estrangeiras se constituiu em um negócio altamente lucrativo para estas e, por outro lado, prejudicial ao povo brasileiro, que passou a pagar uma das tarifas de energia mais caras do mundo, cotada em dólar, com base no preço praticado

internacionalmente, tendo como referência a energia térmica, o que trataremos de forma mais aprofundada na próxima seção.

Atualmente, empresas multinacionais e o capital financeiro internacional, em última instância, dominam a maior parte da indústria elétrica brasileira e, os patrimônios públicos que ainda restam estão na mira da privatização. Na conta das privatizações já implementadas, podemos citar a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE) e a Eletrobras.

Dentre as hidrelétricas que foram privatizadas durante a onda neoliberal da Era FHC está a UHE Itá, localizada entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS). O empreendimento atinge 10 municípios, sendo 6 catarinenses (Itá, Concórdia, Peritiba, Alto Bela Vista, Ipira e Arabutã) e 4 gaúchos (Aratiba, Mariano Moro, Marcelino Ramos e Severiano de Almeida).

3.3 A redução do papel do Estado na IEB e a privatização da UHE Itá

Para avançarmos na análise do processo de privatização – e também seus impactos – recorreremos a David Harvey (2011) que aponta para a privatização dos lucros e socialização dos riscos, a partir de uma maior consolidação e centralização do poder da classe capitalista. Segundo o autor (2011, p. 32), após a década de 1980, com o objetivo de investir o excedente de capital em novos lugares, deu-se início a um processo de privatizações em massa pelo mundo “[...] sob a alegação dogmática de que empresas estatais são ineficientes e desengajadas por definição” sendo necessário privatizá-las. “O dogma não resiste a qualquer análise pormenorizada”, conclui o autor.

Segundo Santos e Silveira (2001) a privatização de patrimônios públicos resulta na privatização do território, fazendo com que poucas empresas comandem e influenciem (por meio de infraestruturas, informação, comunicação) a vida econômica e social e a dinâmica do território, enquanto este render lucros. Voltando o olhar para o caso brasileiro, especificamente em torno da privatização da UHE Itá, por meio de concessão feita pelo Estado, conforme dados levantados por Viana (2003), a estatal Eletrosul foi a primeira responsável pelo empreendimento, o que mudou em 1995, com a formação de uma parceria público-privada (PPP) chamada Consórcio Itá, com o qual foi firmado o Contrato de Concessão da Aneel nº

003/95 para geração de energia elétrica, com vigência até 16 de outubro de 2030. Atualmente, a vigência do contrato de concessão se estende até 30 de dezembro de 2032, devido a prorrogação autorizada em 2022, anteriormente citada.

Faziam parte do Consórcio Itá a Gerasul (parte da Eletrosul), a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Companhia de Cimento Itambé e Odebrecht Química S.A (vendida, posteriormente, para a belga Tractebel Energia S.A).

Em 1998, o Consórcio passou a ser gerido totalmente pela iniciativa privada, com a privatização da Gerasul e compra desta também pela Tractebel. Com a privatização, a Tractebel (que teve seu nome mudado para Engie Brasil Energia em 2016) se tornou a acionista majoritária da barragem. Atualmente, nos termos do contrato do Consórcio, a sociedade anônima de capital fechado ITASA S.A - composta pela Engie (48,75%), CSN (48,75%) e Itambé (2,5%) - é detentora de 60,5% das ações e a Engie de 39,5 % (Consórcio Itá, 2017).

Aqui pretende-se esmiuçar o processo gradual de diminuição do papel do Estado na IEB, o que permitiu a realização da concessão da UHE Itá à iniciativa privada.

A construção da UHE Itá iniciou em 1985, ano em que a área do canteiro de obras foi comprada e iniciaram as escavações para preparação do terreno. Em 1988, o projeto detalhado da usina estava finalizado e as obras começariam em definitivo com o financiamento do Banco Mundial. No ano seguinte o Governo Federal decretou a moratória da dívida externa, o que impossibilitou o financiamento de obras com recursos vindos de bancos de fomento internacionais, suspendendo assim, o contrato com o Banco Mundial para a construção da UHE Itá e de todas as UHEs em construção pela Eletrosul.

Em 1993 uma mudança importante ocorreu na IEB, com o objetivo de reestruturar e retomar a indústria, a partir da publicação do Decreto nº 915 de 6 de setembro de 1993, que autorizou a formação de consórcios por empresas interessadas na geração de energia elétrica.

O capitalismo tem como intencionalidade o resgate do valor, o que se desenvolve por meio de processos, que visam desencadear o resultado almejado. Analisando os processos que resultaram na privatização de boa parte da IEB nos anos que se seguiram, podemos concluir que o Decreto 915 surge como uma primeira solução, um primeiro passo rumo às privatizações, ao autorizar a criação de

consórcios para retomada de obras paradas, com era o caso da UHE Itá. Naquele momento, ainda não estava posta a ideia de privatização da IEB, mas já havia a ideia de retomada dos negócios da indústria elétrica sem o controle do Estado. Assim, foi criada a base da atual configuração da IEB, em que cada empreendimento é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), ou seja, cada UHE representa um grupo de empresas. Esta arquitetura de negócio, chamada de *project finance*, já estava sendo incorporada a alguns ramos de negócios e passou a ser aplicada também na IEB. Ela combina diversos interesses da produção capitalista, pois através das SPEs se define detalhadamente o projeto de uma UHE, incluindo a quantidade de energia que será produzida, além de permitir um arranjo que garanta a venda de toda a energia produzida, gerando valor.

Desta forma, financiar uma grande obra de geração de energia hidrelétrica torna-se interessante ao sistema financeiro, considerando a garantia do retorno do valor, reduzindo assim os riscos de investimento e possibilitando maior controle, em um projeto autofinanciado. O Decreto nº 915 caminhou justamente neste sentido, com a formação dos primeiros consórcios, constituídos principalmente por empresas do setor eletrointensivo, o qual utiliza grandes quantidades de energia. Ou seja, os grandes compradores/consumidores são também os financiadores de obras de geração de energia.

No caso da UHE Itá, a licitação para a concessão da usina foi lançada em 10 de junho de 1994, sendo que dois grupos apresentaram propostas em 20 de outubro e, em 06 de dezembro do mesmo ano foi anunciado o grupo vencedor, o Consórcio Itasa S.A, composto pela CSN, Itambé e Odebrecht. Em janeiro de 1995 ocorre a homologação da licitação, seguido do início das obras em 01 de março de 1995, agora enquanto consórcio, e não mais como estatal. O Estado manteve a participação como Eletrosul no consórcio vencedor, ancorando o negócio, modelo que se manteve até recentemente, com a privatização da Eletrobras.

Segundo informações presentes na publicação “Itá – memórias de uma usina”, de autoria do Consórcio Itá (2000),

a ITASA ficou responsável pela construção civil e pelo fornecimento e montagem dos equipamentos eletromecânicos. Para realizar o trabalho, contratou-se um grupo de empresas que se denominou Consórcio para Construção de Itá (Conita), formada por Companhia Brasileira de Projetos e Obras (cbpo), Tenenge, Engevix, Asea Brown Boveri, Bardella, Ansaldo

Coemsa, Alstom e Voith. O contrato celebrado entre Itasa e Conita foi leonino. Optou-se por uma modalidade chamada *turn- key lump sum*, que em outras palavras significa preço e prazo fechados. O contrato de Itá se configurou no maior contrato *turn- key* do mundo para a construção de uma usina hidrelétrica. Até então, nenhuma usina hidrelétrica havia sido construída assim no Brasil (Consórcio Itá, 2000, p. 112).

O Decreto nº 88.015/1983, publicado em 03 de janeiro, outorgava à Eletrosul a concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do trecho do Rio Uruguai para a construção da UHE Itá. Em 01 de março de 1995 a construção da usina. Em 22 de novembro de 1995 é publicado o Decreto nº 1.712²¹, o qual prorrogou até 16 de outubro de 2030 “[...] a concessão de que trata o Decreto nº 88.015, de 3 de janeiro de 1983, para aproveitamento de potencial hidráulico, para fins de produção de energia elétrica, de trecho do rio Uruguai, nos Municípios de Itá, no Estado de Santa Catarina, e Aratiba, no Estado do Rio Grande do Sul”, conforme redação do Art. 1º do decreto. Agora, a prorrogação da concessão se refere ao Consórcio Itá e não mais à Eletrosul.

Segundo informações presentes na publicação “Itá – memórias de uma usina”,

Em dezembro de 1997, a Eletrosul foi cindida. Constituiu-se a empresa GERASUL para a geração, enquanto coube à Eletrosul o setor de transmissão. Em setembro de 1998, a Gerasul foi privatizada. O grupo belga Tractebel adquiriu, por 801 milhões de dólares, 68,63% de sua estrutura acionária e passou a administrar três usinas hidrelétricas, o complexo termelétrico de Jorge Lacerda e outras duas usinas termelétricas, além de três usinas em fase de construção. Entre elas, Itá (Consórcio Itá, 2000, p 129-133).

No interior do Estado, toda a IEB estava sendo encaminhada para a privatização. Exemplo disso é o Decreto de 25 de setembro de 1998²², assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que outorgou “à Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. - Gerasul, concessões para geração de energia elétrica em aproveitamentos de potenciais hidráulicos que menciona, nos Estados do Rio do Grande do Sul e Paraná”, conforme redação do decreto. O decreto surge num curto espaço de tempo após a privatização da Gerasul.

De acordo com Santos (1987, *apud* Damasceno Júnior, 2019, p. 98) com o avanço do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, “[...] o Estado começa a esvaziar o seu papel de regulador da cidadania, e transfere para o mercado essa

função”. Segundo relato colhido por Viana (2003, p. 153), junto a um atingido “[...] o processo de negociação com a empresa ficou completamente inviabilizado depois que ela foi totalmente privatizada”. O fato também é apontado em entrevistas realizadas por Damasceno Júnior com os atingidos pela barragem de Itá, que afirmam que a privatização resultou numa piora significativa no que tange à garantia de direitos à população. Exemplo disso é o não cumprimento em sua totalidade do acordo firmado em outubro de 1987, entre a CRAB e a Eletrosul (Viana, 2003), que foi um importante marco no que tange à reparação das perdas, garantindo indenizações, terra por terra e reassentamentos.

Com a onda privatista que atingiu a indústria elétrica na década de 1990, muitos direitos estabelecidos pelo acordo de 1987, citado anteriormente, e pelos documentos de orientação da Eletrobras, deixaram de ser efetivados pelas empresas privadas que assumiram a concessão da barragem de Itá, no ano de 1998, resultando em um grande retrocesso. Segundo estudo feito pelo professor Carlos Bernardo Vainer, isso se deve a

[...] resistência das empresas e de quadros técnicos formados na concepção territorial-patrimonialista e hídrica, simplesmente indenizatória. [...] Parte desta responsabilidade cabe também às empresas de consultoria responsáveis pela elaboração dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental, que quase sempre se constituem em documentos de propaganda do empreendimento [...] e às agências ambientais licenciadoras que, quase sempre, por pressões políticas, acabam licenciando projetos cujos impactos e grupos atingidos não foram corretamente identificados, e menos ainda equacionados (VAINER, 2008, p. 63-64).

Nesta seção, pudemos aprofundar o estudo sobre as transformações ocorridas na IEB, que resultaram no processo de privatização da UHE Itá, produzindo impactos econômicos e socioambientais infligidos à população brasileira, com destaque aos atingidos e atingidas por barragens. A seguir, faremos novamente o movimento de ir e vir, voltando o olhar do geral para o específico, trazendo elementos históricos do processo de implementação da UHE Itá, a partir do relato de um atingido, que viveu e “sentiu na pele” a incerteza do futuro e a efervescência da luta por direitos na bacia do Rio Uruguai na década de 1980.

3.4 Relatos de um atingido

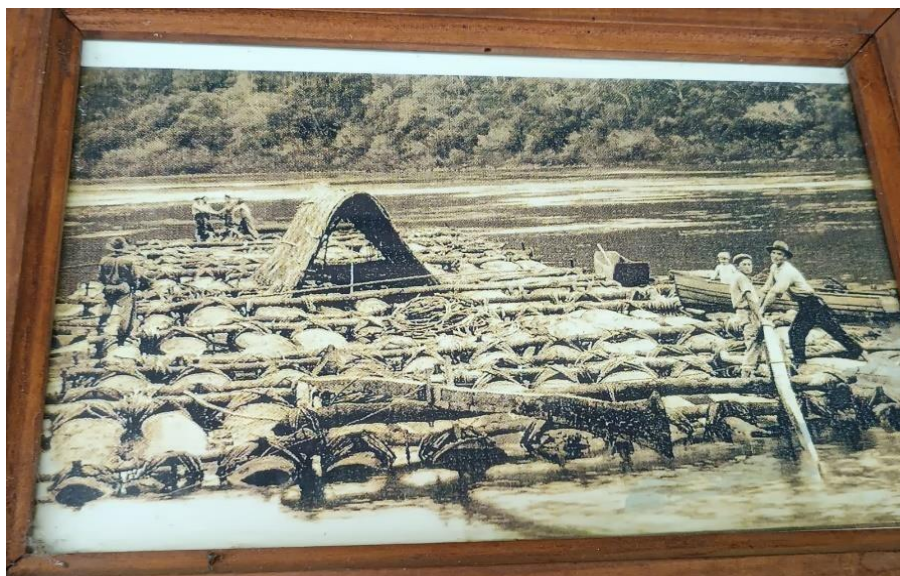
Nesta seção, para aprofundar os elementos do resgate histórico do processo de anúncio, construção e operação da barragem de Itá, traremos trechos da entrevista realizada com um dos atingidos pelo projeto de geração hidrelétrica, que aqui o chamaremos de Marcos, para preservar sua identidade. A entrevista foi realizada no dia 18 de janeiro de 2024, no espaço construído e mantido por ele e pela família chamado “Recanto do Balseiro”, localizado às margens do lago da usina, na Linha Simon, no interior de Itá. Marcos nasceu e cresceu na área rural do município, onde reside até hoje e foi um dos integrantes da CRAB desde sua gênese, sendo parte viva da história de luta do povo atingido por barragem.

Foto 8 - Entrada do Museu do Balseiro, presente no Recanto do Balseiro.
Ao fundo, fotos de balseiros do rio Uruguai e familiares



Fonte: arquivo pessoal.

Foto 9 - Balseiros do rio Uruguai trabalhando na construção de balsa para transporte de madeira



Fonte: arquivo pessoal. Registro feito no Museu do Balseiro.

Após as apresentações iniciais, adentramos no tema específico da história da vinda da barragem para a região, desde as primeiras notícias que circularam a este respeito, o que segundo o entrevistado aconteceu no ano de 1978, fazendo surgir muitos questionamentos sobre o que aconteceria dali em diante.

Marcos relata que o primeiro contato com o tema aconteceu na propriedade de sua família, quando se deparou com algumas carreiras de milho derrubadas na plantação para dar lugar ao marco de concreto fixado no solo para delimitar a área de inundação do reservatório da barragem. Na parte superior do marco, havia um topo de metal onde se lia “Eletrosul – protegida pelo Governo Federal”. Nas palavras do entrevistado (2024):

O que eles colocaram na nossa terra era protegido pelo Governo Federal, eu nem sequer sabia do que se tratava. Esses foram os primeiros sinais que eles deram, e não foi só aqui, foi em todos os lugares onde estavam fazendo esses estudos (Marcos, 2024).

Parte interessante do relato do atingido diz respeito aos métodos de convencimento da população utilizados pela Eletrosul conforme a notícia do projeto da barragem foi se tornando concreta. Segundo Marcos,

Num primeiro momento eles [Eletrosul] mandaram para cima das nossas comunidades gente que sabia tocar violão, que sabia tocar gaita... eles vinham nas comunidades e pagavam cerveja para todo mundo. Isso criava

um vínculo diferente, tu não via eles como inimigos, mas era aquela plena cooptação das comunidades (Marcos, 2024).

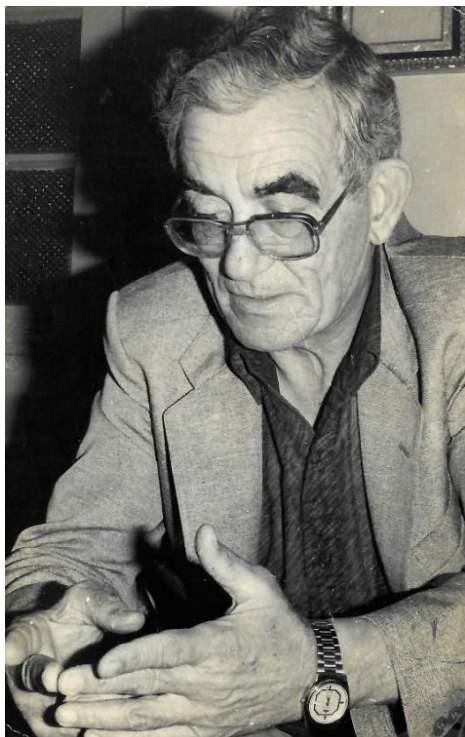
De outro lado, alertas começaram a soar pela região alertando sobre os riscos do projeto. Aurélio Vianna Jr (2012) aponta, em seu livro “Prisão em Lajeado Pepino: uma ação social contra a barragem de Machadinho”, como foi o início desse processo.

Tão logo tomaram conhecimento da notícia, professores de uma faculdade de Erechim (cidade polo do norte rio-grandense), padres da Comissão Pastoral da Terra e sindicalistas rurais começaram a se reunir com o objetivo de discutir a veracidade da notícia e as implicações da inundação das futuras áreas dos reservatórios para os pequenos produtores, conhecidos na região como colonos, e suas famílias, que constituíam a maior parte da população a ser deslocada. Os professores conseguiram então o Inventário Hidroenergético da bacia do rio Uruguai, que foi considerado a prova definitiva da veracidade da notícia da construção, apesar de ser apenas a primeira etapa do planejamento energético, e passaram a promover reuniões para denunciar a existência do projeto de construção das duas primeiras obras: Machadinho e Itá (Vianna Jr., 2012, p. 21).

Do lado catarinense do rio Uruguai, uma figura teve grande importância junto ao povo atingido. Trata-se de Dom José Gomes, bispo da Diocese de Chapecó (SC) desde 1968, conhecido por sua luta contra a ditadura empresarial-militar e contra o modelo fundiário vigente, sempre se posicionado em favor do povo empobrecido e contra os privilégios dos ricos. Foi um dos criadores do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra), sendo essencial ao longo dos anos no processo de organização dos camponeses e de surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Na bacia do rio Uruguai, promoveu debates com os atingidos pela barragem de Itá, os quais deram início à criação da CRAB.

Dom José Gomes aparece no relato de Marcos (2024), “Nossa sorte naquela época é que existia Dom José Gomes aqui, então ele foi o primeiro que começou a alertar as comunidades todas da Diocese de Chapecó que isso era um problema sério. Até então nós não levamos isso tão a sério”.

Foto 10 - Bispo Dom José Gomes – Chapecó/SC, 1986



Fonte: acervo do MAB.

Um elemento importante durante este período é a crescente tensão entre campo e cidade, fortemente incentivada pela Eletrosul. Segundo Marcos, até aquele momento, a informação era de que o custo social da usina de Itá seria de 7%, o que incluía apenas a realocação do núcleo urbano de Itá, o qual foi totalmente submerso pelo reservatório da barragem, desta forma, privilegiando a cidade em detrimento do campo. Para o entrevistado, este foi o detalhe que fez nascer a CRAB. “De fato, nós éramos atingidos e não tínhamos nenhuma previsão de indenização, realocação ou alguma coisa. Ali começamos a nos rebelar”, pontua Marcos (2024).

Ao longo da pesquisa para elaboração da presente dissertação, foram encontrados diversos relatos da tensão entre campo e cidade na região a ser atingida. Segundo Marcos,

Como a Eletrosul dizia que a cidade seria realocada, tudo novo, tudo certinho, o pessoal da cidade ficou contra nós do interior. Se eu ia na cidade corria o risco de ser expulso, era bem difícil para nós ir para a cidade (Marcos, 2024).

Com a efervescência do processo de luta entre os atingidos no começo da década de 1980, estes começaram a se articular para arrancar os marcos colocados na região pela Eletrosul. Os marcos eram estruturas pesadas, sendo necessário

várias pessoas para removê-los. De acordo com Marcos,

Nós nos articulávamos para arrancar os marcos no domingo de manhã após o culto, então, o culto para nós era fundamental. Teve um caso aqui em Itá que nos organizamos de manhã na Linha Fátima para ir arrancar o marco da Linha Alvorada. De tarde, em vez de ir para a bodega, a gente ia arrancar os marcos. Houve uma situação envolvendo um vizinho que era a favor da usina - a usina fez um contrato de aluguel para utilizar o terreno dele, o galpão, como local para depositar as pedras que saíam dos estudos e ele ganhava um alto salário de aluguel, então ele defendia a empresa. Esse vizinho chegou na bodega de tarde, depois do almoço, e não tinha ninguém lá, estava vazia. Ele foi perguntando para os moradores da comunidade e descobriu que fomos arrancar o marco. Ele foi a pé da Linha Fátima, caminhando uns 5 km para avisar a polícia sobre a ação. Nós estávamos lá arrancando e “bateu” a polícia, mas a polícia não saiu da estrada, não falaram nada e nós ficamos no meio. Naquele dia eu tinha levado uma fotógrafa junto para fazer os registros. Aí pedi para a fotógrafa se posicionar do outro lado de onde estávamos, de modo que a foto pegasse nós arrancando o marco e a polícia no fundo. E daí colocamos a frase em um jornal da região: “polícia militar de Itá dando segurança na arrancação de marcos” (Marcos, 2024).

Foto 11 - Mobilização marcando o início da Semana da Faxina, com “arrancação” de marcos - Carlos Gomes/RS, 01 de agosto de 1988



Fonte: acervo do MAB.

Já em 1982, aconteceu a eleição municipal em Itá, quando Egídio Paludo foi eleito prefeito. Segundo Marcos,

O Egídio ganhou a eleição em Itá dizendo “não à barragem”. Ai nós, os atingidos, as lideranças, apoiamos o candidato. Quatorze dias depois, o Egídio se manifestou a favor da barragem. Até que ponto chega o ser humano ao deixar a pátria dele ser engolida pela água e não criar resistência, só pelo fator dinheiro? (Marcos, 2024).

Em 17 de março de 1985, saindo da ditadura, dois dias após José Sarney assumir a presidência do Brasil, os atingidos organizaram o primeiro grande ato contra a barragem de Itá. Naquele dia, o então prefeito Egídio Paludo ordenou que fosse colocada uma patrula no caminho que levava até o pátio da igreja onde aconteceria o ato, - a Diocese de Chapecó havia dado liberação para que o ato fosse realizado no pátio da igreja - numa tentativa de impedir a passagem dos manifestantes. Marcos relata que os próprios manifestantes se uniram para retirar a patrula do caminho e liberar a passagem. O ato foi massivo e contou com a participação de mais de 10 mil pessoas vindas de diversos municípios da região da bacia do rio Uruguai, conforme o relato. “Durante a manifestação, foi feita uma encenação, como um teatro, em que foi queimado um caixão representando a Eletrosul. Foi um ato muito forte e conscientizou nossa turma”, afirma Marcos.

O atingido também discorre sobre o processo de apresentação dos estudos para a construção da barragem nos municípios da região. Segundo ele

A empresa realizou uma única audiência pública, que foi em Erechim (RS), mas entravam apenas as pessoas que a Eletrosul permitia. Nós, os atingidos, não conseguimos entrar e participar. A ditadura continuava nesse sistema. Não era de fato pública (Marcos, 2024).

Em 1987, a CRAB reivindicava ser recebida pela empresa, que negava as solicitações. Diante disso, foi necessário endurecer as formas de luta para que o povo fosse ouvido pela empresa. No relato do atingido,

Nessa época, o EIA/RIMA estava sendo apresentado em alguns municípios da região atingida. A CRAB esteve nas reuniões, mas os funcionários da Eletrosul não diziam “coisa com coisa” e eram funcionários sem autoridade de decisão. No município de Getúlio Vargas (RS), em 25 julho de 1987, ocorreu uma assembleia... a Eletrosul não falou nada de relevante e a CRAB saiu irritada. Em 03 de agosto, num domingo, um morador de Itá reclamou dos estragos feitos pelas máquinas que estavam trabalhando numa área de mata. Diante da insatisfação do povo, os atingidos se organizaram para uma ação direta. Às 5:00 horas da manhã da segunda-feira (04/08/1987) os atingidos foram até o local onde as máquinas estavam sendo operadas para “pegar” o engenheiro da Eletrosul. Nós ficamos escondidos no mato, enquanto os outros funcionários já estavam trabalhando com as máquinas. Às 08:00 horas, o engenheiro chegou e foi cercado. Ele desceu do carro e os atingidos ordenaram que ele mandasse os cerca de 400 funcionários da Eletrosul, que estavam construindo casas na parte alta do município, pararem o trabalho e descerem até o escritório da empresa, e ele concordou. Com essa ação, nós paramos toda a cidade! Cada atingido ali presente tinha uma ferramenta... estávamos em apenas 26 pessoas. O meu cunhado não tinha nenhuma ferramenta, e pegou a corda que havia sido usada para abater um boi, que estava ensanguentada. Isso foi o que mais chamou a atenção de todos os funcionários... o impacto de

ver uma corda com sangue. Em nenhum momento houve conflito entre as partes. Naquele dia fomos no escritório da empresa, e ligamos para o presidente da Eletrosul, que ficava em Florianópolis, exigindo uma reunião com a empresa. O presidente aceitou e foi marcado para dia 07 de agosto o primeiro encontro entre a CRAB e a Eletrosul (Marcos, 2024).

Os atingidos foram levados pela empresa até Florianópolis para participarem da reunião, e lá foi criado um Grupo de Trabalho (GT) que começou a definir as regras e linhas para indenização, realocação das famílias. A partir disso a luta cresceu, envolvendo cooperativas e o conjunto da agricultura familiar regional. Inclusive, a comissão de realocação da cidade também participava das reuniões, graças ao movimento anterior promovido pelos agricultores. Os agricultores, que eram vistos como inimigos do público urbano, passaram a ser o meio de acessar a empresa. Este processo de participação resultou na construção do acordo de 1987, entre Eletrosul e CRAB, que se tornou referência em participação e garantia de direitos para os atingidos por barragens.

Em Itá, o nosso grande feito foi fazer a indenização em ordem sequencial, assim não podiam deixar ninguém para trás. As formas de reparação eram a indenização, terra por terra e reassentamento. O grande pulo foi o reassentamento. Quem tinha filhos casados morando na propriedade, o pai poderia pegar a indenização e o filho ir para o reassentamento, já que este não era proprietário legal de terra. A empresa teve que comprar uma área grande de latifúndio, e fracionar a terra para áreas pequenas. Isso foi um salto de qualidade, muitas pessoas conseguiram se estabelecer em condições melhores de moradia e vida, em relação a como viviam antes, graças as conquistas de direitos. Levamos quase mil famílias para reassentamento só da usina de Itá, essas famílias não teriam direito a nada se não fosse a luta (Marcos, 2024).

Foto 12 - Reunião entre CRAB e Eletrosul para elaboração do plano de reassentamento



Fonte: acervo do MAB.

Marcos reconhece que, nos dias atuais, a cidade de Itá é de fato bonita e há qualidade de vida para os moradores, mas afirma que isso é fruto da luta promovida pelos atingidos naquela época. “Num primeiro momento a comissão de realocação da cidade teve ganhos em virtude da luta. O custo social da usina, que era de 7% inicialmente, subiu para 28% e essa foi a briga dos agricultores. O ganho foi grande.”

Quando perguntado sobre o processo de concessão da UHE Itá para a iniciativa privada e a repercussão entre a população, Marcos pontua: “Nós aqui não pegamos a discussão da privatização, neste momento era empresa com empresa, não fomos avisados das mudanças, o social da usina não ficou sabendo de nada disso.” Ele recorda que, na gestão de FHC, a mídia anunciava com frequência a ameaça de apagões pelo Brasil, sendo necessário agir frente a isso, e a forma de ação foi desvalorizar a eficiência da Eletrobras, construindo o terreno para a apresentação das futuras privatizações como a solução.

3.5 Impactos socioambientais da privatização da UHE Itá

Para a análise dos impactos socioambientais da privatização da UHE Itá, partiremos de uma conceituação do que é ser atingido por barragem, a partir de estudo feito por Vainer (2008). Conforme apontado pelo pesquisador, o conceito de

“atingido” por barragem está em constante disputa. A partir do momento em que uma pessoa, família ou grupo social é considerado ‘atingido’ assume-se que este é detentor de direitos, seja de ressarcimento, indenização, reparação não pecuniária ou reabilitação e isso, por si só, orienta a ação dos agentes envolvidos na construção de grandes empreendimentos quanto ao reconhecimento de populações atingidas. Dando sequência à reflexão, Vainer (2008) afirma que:

Entende-se que sendo essencialmente uma categoria social em disputa, a noção de atingido varie no tempo e no espaço, conforme os contextos políticos e culturais e, por que não o dizer, em consonância com o desenrolar e desenlace dos conflitos opondo diferentes atores sociais envolvidos no processo de concepção, implantação e operação de projetos hidrelétricos (Vainer, 2008, p. 40-41).

Durante muito tempo, prevaleceram as concepções territorial- patrimonialista e hídrica quanto aos atingidos. A primeira enxerga os atingidos como obstáculos para a implementação do empreendimento que devem ser removidos e se restringe aos proprietários de terras, que poderiam ter direito a uma indenização. A segunda considera como território atingido apenas a área a ser inundada pelo reservatório da barragem. Conforme apontado por Vainer “Neste caso, atingido passa a ser entendido como inundado [...]” (2008, p. 45). Tal concepção, reforçada pela política das Compensações Financeiras por Uso de Recursos Hídricos – CFURH, ignora os impactos provocados pelos empreendimentos em locais que não foram tocados pela água do lago. Ambas as concepções têm por objetivo garantir os interesses do empreendedor em detrimento do reconhecimento e garantia de direitos às populações atingidas e, para que isso seja superado, é necessário levar em consideração o espaço social atingido, de modo a entender, segundo Vainer,

[...] a natureza do processo social deflagrado pelo empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental. Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões e escalas, espaciais e temporais. Neste processo de mudança, além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), instauram-se novas dinâmicas sócio-econômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam (Vainer, 2008, p. 46).

Segundo o autor, nas últimas 3 décadas, a noção de atingido se ampliou consideravelmente, com o avanço da legitimação e reconhecimento de direitos humanos, em grande parte fruto de conflitos, lutas e resistências promovidas por diferentes grupos sociais diante de situações de violações. Vainer lembra que, com a

construção “[...] de uma legislação estabelecendo regras para o licenciamento ambiental, que a questão dos impactos sociais e ambientais, assim como a própria noção de atingido, começa a ganhar relevância” (Vainer, 2008, p. 43).

Nas lutas promovidas pela CRAB, os atingidos reivindicavam reassentamento para proprietários e não-proprietários. No caso da barragem de Itá, objeto do presente estudo, Vainer afirma que os confrontos travados entre a CRAB e a Eletrosul resultaram na superação das concepções territorial- patrimonialista e hídrica dando espaço para que outros também fossem reconhecidos como atingidos, como os “sem-terra” e jovens agricultores filhos de famílias atingidas.

Apesar dos inquestionáveis avanços no campo da legitimação de direitos, a prática da maior parte das empresas da indústria hidrelétrica seguiu sendo de operar com base nas antigas concepções territorial-patrimonialista e hídrica. Aqui, é importante destacar o papel dos movimentos regionais de atingidos por barragens (que posteriormente se uniram para a constituição do MAB, enquanto organização nacional) na cobrança do cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Eletrobras do tratamento das populações atingidas. De acordo com Vainer,

O melhor exemplo do que aqui se afirma está no acordo firmado pela ELETROSUL com a CRAB (Comissão Regional de Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai), em que a empresa aceitou incorporar nos projetos de reassentamento todos os sem-terra atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho (Vainer, 2008, p. 63).

A conquista de direitos pela classe trabalhadora não se dá de forma pacífica. Ela é fruto de processos de organização, luta e resistência, tendo como horizonte o respeito à dignidade humana e a melhora contínua nas condições de produção e reprodução dos modos de vida. A instalação de um empreendimento energético, principalmente no contexto de exploração privada, resulta em violências e violações dos direitos do povo atingido, num processo de acumulação por despossessão que se materializa por despossuir o povo de um patrimônio que outrora era pública; de um meio ambiente saudável e equilibrado, ao explorar as bases naturais presentes no território; de uma política tarifária justa, ao praticar a segunda tarifa de energia mais cara do mundo e compensações insuficientes; a sociabilidade, aos laços comunitários e formas tradicionais de produção e reprodução da vida; por despossuir o povo de seu território, o forçando a migrar para outros espaços.

Segundo dados do Relatório Final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, lançado em 2010 pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), 16 direitos humanos são sistematicamente violados durante a construção e operação de barragens no Brasil. Dentre eles o direito de acesso à informação e à participação; direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; à moradia adequada; à educação; à saúde e a um ambiente saudável; à plena reparação das perdas; à justa negociação; à liberdade de reunião e expressão; aos laços comunitários; etc.

Além disso, podemos citar outros passivos deixados pelas barragens nos territórios em que se instalam, desde promessas não cumpridas pelas empresas, êxodo rural, desenvolvimento regional retrógrado, esvaziamento dos municípios, alterações microclimáticas, extinção ou diminuição da quantidade de espécies da fauna e flora, poluição da água dos reservatórios, perda de terras cultiváveis, comprometimento das formas sociais e espaciais de organização, sedimentação do leito do rio, etc.

Para aprofundar os elementos sobre os impactos socioambientais da UHE Itá, traremos trechos da entrevista realizada com o atingido Marcos. Começaremos analisando a população do município de Itá em 1985 em comparação com o último censo demográfico. De acordo com dados do IBGE, descritos na tabela abaixo, a população total do município era de 8.000 pessoas. Já o último censo do IBGE realizado em 2022 informa uma população total de 7.067 pessoas.

Figura 5 - Distribuição da população dos municípios atingidos pela UHE Itá em 1985 e 2022

Município	População em 1985	População em 2022
Aratiba	13.000	6.483
Marcelino Ramos	5.000	3.046
Mariano Moro	4.000	1.848
Severiano de Almeida	8.500	4.320
Rio Grande do Sul	30.500	15.697
Alto Bela Vista		1.856
Arabutã		4.378
Concórdia	72.000	81.646
Ipira	5.500	4.578
Itá	8.000	7.067
Peritiba	3.000	2.992
Santa Catarina	88.500	102.517
Total	119.000	118.214

Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

Segundo informações presentes no Relatório de Impacto Ambiental, esperava-se que a cidade de Nova Itá tivesse uma população maior após a construção da usina, em relação a população de 1985, muito em decorrência de atividades formais e informais de suporte ao turismo (CNEC, 1990, p. 107). Nota-se que a população do município diminuiu após a construção da UHE Itá. Segundo o entrevistado Marcos, isso se deve, em partes, pelo fato de o antigo distrito de Itá, chamado Paial, ter se tornado um município independente após a barragem.

Foto 13 - Transporte de casa de família atingida, em frente ao canteiro de obras da UHE Itá



Fonte: acervo do MAB.

Muitas espécies da fauna e flora foram extintas em toda a região e, além disso, espécies invasoras foram inseridas na natureza, causando profundos problemas ambientais. Sobre os impactos na flora nativa, o relato nos traz elementos interessantes. De acordo com ele, a aroeira foi trazida para a região como espécie usada no reflorestamento dos 30 metros de cada lado do lago, conforme legislação ambiental. A aroeira cria uma resina muito densa e adesiva, que faz com que as formigas cortadeiras fiquem grudadas na seiva. Dessa forma, somada a dispersão das sementes através da ingestão dos frutos por animais silvestres, a planta achou um terreno favorável para reprodução e se alastrou por toda a região. Ela é nativa de áreas de litoral, muito encontrada no litoral de SC, onde apresenta um porte pequeno, assim sendo considerada uma árvore nativa de SC. Porém, o bioma em que ela foi inserida na bacia do Rio Uruguai tem características marcadamente diferentes da área litorânea. Os balseiros do rio Uruguai, conhecidos do entrevistado, relatam que nunca tinham visto aroeiras nas matas da região antes de ser introduzida pelo Consórcio. A aroeira também é conhecida por causar fortes reações alérgicas em seres humanos, algumas vezes com necessidade de hospitalização. Com isso, até atividades de lazer foram afetadas. “Nós não vamos mais para o lago, porque minha filha tem muita alergia à aroeira. O laranjal que nós tínhamos foi

dizimado, porque a aroeira começou a competir com o citrus”, lamenta Marcos.

Quando perguntado sobre o processo de supressão da vegetação na área de alagamento, Marcos afirma que foi realizada. Segundo ele, toda a madeira possível de ser aproveitada foi retirada, os proprietários de terra podiam retirar as madeiras se quisessem. Dessa forma, todas as árvores com troncos grossos foram extraídas, deixando grandes áreas cobertas apenas com capoeira, com madeiras finas. Nesta parte da entrevista, um relato chama a atenção pela gravidade do ocorrido. Segundo o atingido,

Em 1999, uma lamina de 3 metros acoplada a trator foi fazendo o aceiro [desbaste] da área onde marcava a cota de inundação e, depois disso, certo dia, eles [o Consórcio da barragem] atearam fogo no matagal que sobrou num dia de vento norte, o que fez com que o incêndio se espalhasse. Aquele dia a Linha Simon ardeu em fogo... queimou tudo. Aquele aceiro de 3 metros não era nada perante o fogo, que passou para fora e se alastrou. Então, a supressão da vegetação aconteceu, mas foi pago um preço alto por isso. Na linha Simon sobraram 3 famílias residentes, ao passo que antes da barragem eram em torno de 40 famílias. Tudo isso morreu. Atearam fogo em toda uma região, a devastando (Marcos, 2024).

Os impactos na fauna regional foram profundos com a construção da usina, como é possível constatar através do relato do entrevistado, conforme segue:

Hoje não temos peixe no lago. Se eu for pescar no lago agora na época da piracema, isso se constitui como crime ambiental. Se formos olhar o vertedouro 2 da usina, há uma grande concentração de corvos por toda a estrutura, que são atraídos pelas carcaças dos peixes que morrem ao passar pelas turbinas. Não há nenhuma proteção para os peixes vivos, para que não passem pelas turbinas. Enquanto não se discute uma cota estável de água durante a piracema, nós não vamos ter peixes, porque eles vão desovar na superfície da água, precisa de oxigênio e umidade. Mas uma barragem é uma caixa de água: saiu mais água do que entrou, o nível vai descer. No dia em que vão gerar energia e o nível da água desce, a desova é prejudicada, muitos peixes morrem, e isso não é considerado crime ambiental. Outra coisa: não tem transposição de peixe do rio Uruguai, que é outro crime. Dois dias e meio de geração da usina de Itá pagariam a transposição, mas não fazem por falta de luta e mobilização. O dourado, peixe do rio Uruguai, não consegue mais se reproduzir de forma adequada no lago da barragem, pois é um peixe de corredeira, precisa da força da água para se reproduzir e desovar, somado a pesca humana predatória. Hoje em dia, tem muitas piranhas/palometa no rio, pois o dourado, que é seu predador, não se vive em águas profundas, como as do lago da usina. Isso gera um problema ambiental. Além disso, o processo de construção da usina fez com que o rio Uruguai fique infestado de mexilhão-dourado, que é uma espécie exótica invasora vinda da Índia. A lei opera de formas diferentes em relação a crimes ambientais no tratamento com a população civil e com uma grande empresa internacional. A usina largou uma grande quantidade de mexilhões no lago e nada acontece. Isso prejudica muito o rio. O nível de infestação por mexilhão é muito alto, e o cheiro da decomposição do crustáceo é forte e incômodo (Marcos, 2024).

Os animais terrestres também sofreram uma severa redução população em decorrência do processo de construção da usina.

Outra coisa é o processo de resgate do graxaim, tão comemorado pelo Consórcio da barragem. Em Itá, esse resgate é pouco e nada, uma miséria o que eles pegaram, porque foi tudo queimado. Naquela época, antes da usina, era comum vermos cobras grandes. Em 23 anos que moro aqui, eu só vi duas cobras coral pequenas. Os animais foram severamente afetados em toda a região. Nos relatórios do Consórcio, é possível ver a pequena quantidade de animais localizados, se percebia uma grande divulgação sempre que encontravam um único animal, de forma a demonstrar a preocupação dos donos da barragem com a preservação do meio ambiente. Tinham mais pessoas procurando animais do que de fato animais vivendo na região (Marcos, 2024).

De acordo com Relatório de Impacto Ambiental (CNEC, 1990, p. 64), o principal impacto ambiental causado pela usina foi a submersão de 148ha de Floresta Estacional Decidual, 2.834ha de capoeira e 299ha de capoeirinha, no momento da formação do reservatório. De acordo com a própria redação do relatório, “Isso representa uma perda quantitativa irreversível, relativamente importante para a região, que já conta hoje com poucos remanescentes de matas naturais”.

Marcos chama a atenção para o fato de que, no livro “Itá – memória de uma usina”, consta que a água do reservatório da usina é multiuso, e que pode ser usada por todos, porém, na prática, o que ocorre é o total oposto. As áreas no entorno da usina são de propriedade do Consórcio, o que pode ser verificado na sinalização feita por meio de placas com a mensagem “Antes de construir na área, consulte o consórcio”.

Foto 14 - Aviso fixado pelo Consórcio Itá no trajeto ao longo da barragem



Fonte: arquivo pessoal.

Foto 15 - Placas de aviso fixadas pelo Consórcio Itá



Fonte: arquivo pessoal.

Um problema que se verifica no território atingido pela barragem, reflexo direto da privatização, é a negação do acesso à água do lago, fato que se evidenciou durante o período de estiagem no início de 2020, quando criadores de gado do município de Aratiba/RS, residentes nas proximidades do reservatório, foram impedidos de utilizar a água para dessedentação animal. Este exemplo prático nos mostra que a água, um bem essencial à vida, após ter sido represada e privatizada, passa a ser tratada como uma mercadoria, sendo negada aos ribeirinhos que há gerações se valiam do Rio Uruguai para viver, desde a prática da

agropecuária, pesca, locomoção e lazer.

Outro ponto levantado é a questão da segurança da população atingida pela barragem. O entrevistado afirma que a sinalização indicando as rotas de fugas e pontos de encontro em caso de rompimento foram colocadas recentemente pelo Consórcio na região. Relatos de moradores afirmam que não há tempo hábil para a fuga até os pontos de encontro indicados pela sinalização da empresa caso a barragem se rompa. Em épocas de chuva, quando os vertedouros são abertos, é possível escutar o barulho da água e tremores de terra onde o entrevistado vive, tamanha a força da água.

Foto 16 - Sinalização de segurança fixada pelo Consórcio Itá ao longo da barragem



Fonte: arquivo pessoal.

Foto 17 - Sinalização de rota de fuga em caso de rompimento fixada pelo Consórcio Itá



Fonte: arquivo pessoal.

Foto 18 - Sinalização de ponto de encontro em caso de rompimento fixada pelo Consórcio Itá



Fonte: arquivo pessoal.

Ao final da entrevista, Marco pontuou questões importantes para a análise crítica do processo de construção e operação das barragens no Brasil, que consideramos importante constar nesta pesquisa e que serão transcritos na íntegra, conforme segue:

Uma das coisas que precisa ter mais discussão é: nós cedemos nossas terras para geração hidrelétrica, e porque pagamos tão caro pela energia? Nós fomos atingidos, o município perdeu muita coisa e só é recompensado pelos royalties, e isso é uma quantia tão miúda, que é uma vergonha. Não tem nenhum prefeito que tenha postura reivindicativa diante da empresa. Os lucros poderiam ser investidos em saúde, em educação. Deveriam ser definidas porcentagens maiores da repartição dos lucros da barragem, e quando se discute o que é destinado ao CFURH, que se projete onde este recurso deve ser usado. Além disso, a estrada que temos hoje na linha Simon é pior do que antes da usina. O asfaltamento da BR 420, na ligação entre os municípios de Itá e Aratiba, era condicionante da barragem, que já está operando desde o ano 2.000, e só foi concluído recentemente, por iniciativa das prefeituras de Itá e Aratiba. Nada veio da barragem (Marcos, 2024).

Ainda em tempo, apresentamos dados sobre a conclusão da obra da UHE Itá, conforme segue. O reservatório de Itá foi fechado e começou a encher no dia 16 de dezembro de 1999. De acordo com informações presentes no livro “Itá – memória de uma usina” (p. 117), a UHE Itá começou a operar em 15 de junho de 2000, quando a primeira turbina foi acionada, em fase pré-operacional, entrando em geração comercial alguns dias depois. Em 28 de agosto do mesmo ano a segunda unidade geradora entrou em operação e, em fevereiro de 2001, todas as unidades estavam gerando energia.

Foto 19 - Vertedouro 1 da UHE Itá



Fonte: arquivo pessoal.

Foto 20 - Vertedouro 1 da UHE Itá aberto



Fonte: arquivo pessoal.

Foto 21 - Dique 1 da UHE Itá



Fonte: arquivo pessoal.

Foto 22 - Dique 2 da UHE Itá



Fonte: arquivo pessoal.

Foto 23 - Dique 3 da UHE Itá



Fonte: arquivo pessoal.

Foto 24 - Placa fixada na entrada do mirante do vertedouro 1 da UHE Itá



Fonte: arquivo pessoal.

De lá para cá, muitas mudanças ocorreram no território atingido pela UHE Itá, com alterações profundas na paisagem, na fauna, na flora, na dinâmica das águas da bacia do rio Uruguai e até mesmo com surgimento de microclimas decorrentes da grande quantidade de água represada no lago, produzindo um imenso espelho d'água. Além disso, os laços familiares e comunitários foram fortemente impactados, provocando, inclusive, uma série de situações de estresse psicossocial em meio a população. Não pretendemos, com esta pesquisa, apontar a totalidade dos impactos socioambientais causados pela instalação da UHE Itá, mas sim, apontar a contradição resultante do processo de construção, operação e privatização da barragem em questão, inserida no contexto da IEB, como pretendemos aprofundar na próxima seção.

4 A CONTRADIÇÃO: CONSEQUÊNCIAS DO MODELO NEOLIBERAL NA INDÚSTRIA ELÉTRICA BRASILEIRA E A QUEM BENEFICIA

No caminho percorrido até aqui, no que tange à IEB, apresentamos o seu histórico de surgimento, num contexto estatal, até o processo de redução do papel do Estado como controlador das etapas de geração até a distribuição de energia elétrica, através de reformas de caráter neoliberal voltadas ao mercado. A seguir, aprofundaremos a crítica a respeito do modelo energético que dita as regras de funcionamento da IEB, com predominância de agentes do capital privado, apontando suas contradições.

4.1 O preço da luz é um roubo

Iniciamos esta subseção trazendo elementos sobre como era e como é calculado o preço da tarifa de energia elétrica na IEB. De acordo com pesquisa realizada por Cervinski (2019),

O preço da energia elétrica estabelecido pelo custo do serviço, possuía como base jurídica a Lei Federal nº 5.655/1971 (BRASIL, 1971) a qual fixava uma taxa de remuneração do investimento de 10 a 12% ao ano. Este modelo também incorporava um mecanismo de equalização de tarifas para diminuir as desigualdades regionais, na qual através da solidariedade criava uma padronização nacional através da aplicação de uma única tarifa em todo o Brasil (Cervinski, 2019, p. 34).

Em 1993, com a publicação da Lei Federal nº 8.631, entrou em vigência no Brasil a regulação da tarifa de energia elétrica tendo como parâmetro o preço teto. O próprio concessionário de distribuição passou a definir a fixação do preço da tarifa a ser paga pelos consumidores finais, com base em todos os custos de serviços da distribuidora de energia. Para a metodologia do cálculo dos custos de serviços, foram estabelecidos 17 itens para a plena cobertura destes custos, estabelecidos pelo Decreto de Regulamentação nº 774/1993 (Cervinski, 2019).

A Lei Federal nº 9.427/1996, a qual criou a ANEEL e disciplinou o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, foi publicada em 26 de dezembro, e instituiu a metodologia de cálculo do custo do serviço na área de distribuição de energia elétrica. “Conforme o art. 15º da lei o serviço pelo preço é

entendido como o regime econômico-financeiro mediante o qual as tarifas máximas do serviço público de energia elétrica são fixadas nos contratos de concessão e devem ser pagas pelos consumidores finais” (Cervinski, 2019, p. 34).

Posteriormente, a metodologia do preço teto foi introduzida também para as empresas transmissoras de energia e para determinação dos preços máximos de leilões na área da geração. Cervinski busca contribuições em Gonçalves (2007) para a análise crítica da metodologia do preço teto, o qual está

[...] sempre vinculado à ideia de competição. A tese principal é que permite o estabelecimento de processos de competição que possibilitariam produzir maiores níveis de eficiência econômica e [...] a sua racionalidade busca a “negação do Estado como agente de produção (Cervinski, 2019, p. 37).

A Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos. De acordo com o Art. 35, conforme análise feita por Cervinski, a estrutura tarifária da energia elétrica deve assegurar e preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de mecanismo de revisões e reajustes nas tarifas. Segundo o autor

Na transmissão esse regime passou a vigorar a partir de 1999 através do estabelecimento da receita máxima permitida para lotes de linhas de transmissão. E na geração passou a vigorar a partir da reforma do setor elétrico estabelecida em 2004 pela lei 10.848/2004 (BRASIL, 2004a). O preço teto foi introduzido em um contexto de reestruturação do setor elétrico nacional. O Estado empresarial foi dando lugar ao Estado regulador, deixando as atividades empresariais de produção de eletricidade à iniciativa privada (Maggi, 2013, p. 79 *apud* Cervinski, 2019, p. 35).

Duas leis criadas em 2004 foram responsáveis por uma reforma da forma de organização dos serviços de eletricidade. A Lei Federal nº 10.847/2004 autorizou a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e a Lei Federal nº 10.848/2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados de serviços e instalações de energia elétrica, bem como destes com seus consumidores, estabeleceu dois ambientes de contratação de energia elétrica: o Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL). De acordo com Cervinski (p. 35), as mudanças estabelecidas por estas leis tiveram como objetivo “[...] reduzir os riscos dos investidores privados e evitar alguns erros do passado, impedindo racionamentos e assegurando a expansão com planejamento”. A Lei nº 10.848/2004 foi um marco

que introduziu a regulamentação do preço teto nas tarifas das usinas de geração, ao estabelecer os ambientes de contratação regulada e livre. Conforme o pesquisador,

para atender o ambiente de contratação regulado passaram a ser realizadas licitações através da contratação de energia de novos empreendimentos a serem construídos e de usinas já existentes (energia velha). Antes de realizar o leilão é calculada a tarifa teto para o respectivo empreendimento e previamente definidas em editais de leilão. Ou seja, seu preço máximo é apresentado antes do leilão para que sirva como referência aos lances (Cervinski, 2019, p. 41).

Aqui buscaremos detalhar como é composto o preço de mercado das tarifas de energia elétrica. Para tanto, recorreremos aos dados apontados por Cervinski, que seguem abaixo:

[...] o preço de mercado das tarifas [...] é formado e garantido pela incorporação do somatório dos custos da Parcela A (compra de energia + transporte + encargos setoriais e tributos) com a Parcela B (custos operacionais + depreciação + remuneração do capital), sempre considerando os custos marginais. Os outros dois instrumentos servem para garantir o *equilíbrio econômico-financeiro* da concessionária, através do *Reajuste Tarifário Anual (RTA)* que ocorre anualmente baseado em índice de preços e fator de produtividade e a *Revisão Tarifária Periódica (RTP)* que acontece de quatro em quatro anos e tem sido o momento em que define a receita anual máxima requerida. Vale destacar que a ANEEL também pode acionar outros dois mecanismos de reposicionamento das tarifas: a *Revisão Tarifária Extraordinária (RTE)*, realizada a qualquer momento, a pedido da concessionária, quando algum evento comprometer a lucratividade financeira, e o acionamento das *bandeiras tarifárias*, um preço a mais que é incorporado às geradoras. Todos estes mecanismos baseiam-se em parâmetros, metodologias e orientações internacionais de forma a permitir que os preços sejam determinados e mantidos oscilando em torno da eletricidade de maior valor, que é o preço médio internacional (Cervinski, 2019, p. 39).

Em 11 de setembro de 2012 foi lançada a Medida Provisória 579/12, que estabeleceu a prorrogação das concessões no âmbito da Lei 9074/95 por uma única vez com duração de até 30 anos. Conforme notícia publicada na época pelo portal de notícias GGN, com o processo de renovação de concessão, as empresas passariam a ser remuneradas apenas pelo investimento em operação e manutenção de equipamentos, considerando que as estruturas das usinas já estariam amortizadas, resultando em uma redução tarifária de 20%. Assim, segundo Cervinski (2019), o preço médio da energia de UHE amortizadas, sejam elas de contratos prorrogados ou licitados, seria em torno de R\$ 32,89/MWh. Em 18 de agosto de 2015 foi publicada a MP 688/2015, que “[...] reestabeleceu a regulação pelo preço teto, a partir de um conjunto de mecanismos de mercado, a tarifa estabelecida pela RAG

preço teto para energia de mesmas características (hidrelétricas amortizadas) ficou em torno de R\$ 149,90/MWh” (Cervinski, 2019, p. 44).

A exploração da geração hidrelétrica pela iniciativa privada tem como uma de suas consequências o aumento do preço de venda do megawatt de energia, que passa a ser comercializado pelo preço de mercado no mercado livre, cerca de três vezes maior em comparação com o praticado por usinas de propriedade do poder público, que comercializa a energia do mercado regulado. No caso da UHE Itá, o preço médio de venda do MW/h era de R\$ 300,00 em 2019. De acordo com os dados disponíveis na release de apresentação de resultados do terceiro trimestre do ano de 2023 da Engie, maior acionista da barragem de Itá, o preço médio dos contratos de venda de energia, líquido dos tributos sobre a receita e das operações de trading, foi de R\$ 223,97/MWh. Considerando o baixo custo de produção da energia hidrelétrica, as empresas acionistas da barragem drenam uma riqueza extraordinária para o exterior, restando ao povo brasileiro arcar com a segunda tarifa de energia mais cara do mundo.

Segundo estudo elaborado pelo MAB (2020) o faturamento total anual da UHE Itá no ano de 2019 foi de R\$ 1.892.160.000,00². Deste montante, apenas R\$ 36.818.881,23 foram revertidos em Compensação Financeira por Uso de Recursos Hídricos, popularmente conhecida como “royalties”, pagos para União, municípios e estados. Essa enorme riqueza que é produzida a partir do patrimônio hídrico nacional deveria servir às necessidades do povo, vendendo uma energia a preço baixo e justo, prestando um serviço de qualidade.

4.2 Compensação Financeira por Uso de Recursos Hídricos

Consideramos importante apresentar nesta seção mais elementos a respeito do CFURH e, para tanto traremos informações disponíveis no site oficial da ANEEL, conforme segue:

A Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica corresponde à indenização, a ser paga pelas usinas hidrelétricas, pela exploração de recursos hídricos para

² Fórmula do cálculo: Garantia Física (MW médios) x 24 horas x 365 dias x preço de venda (R\$/MWh). Valores considerados: Garantia Física (720) e preço médio de venda (300,00).

geração de energia elétrica. Os valores são recolhidos pela ANEEL e distribuídos aos Estados, Municípios e órgãos da Administração Direta da União. Foi instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989. Todos os meses, as concessionárias destinam à ANEEL 7% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira. O total a ser pago é calculado segundo uma fórmula padrão: $CF = 7\% \times \text{valor da energia gerada no mês} \times TAR$. A Tarifa Atualizada de Referência (TAR) é definida por meio de Resolução Homologatória da ANEEL, seguindo o estabelecido no Decreto nº 3.739/01, sendo reajustada anualmente pelo IPC-A e revisada a cada quatro anos. O valor recolhido é distribuído pela ANEEL [...] do seguinte modo: 0,75% do valor da energia produzida pela concessionária [...] é repassado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; 6,25% do valor da energia produzida pela concessionária [...] é repassado nas seguintes proporções: 65% aos municípios com reservatórios das usinas hidrelétricas, conforme o percentual da área inundada e o coeficiente de repasse por regularização a montante; 25% aos estados com reservatórios dessas usinas, conforme as somas dos recursos dedicados aos seus municípios; 10% à União, divididos entre o Ministério de Meio Ambiente (3%); o Ministério de Minas e Energia (3%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4%), administrado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (ANEEL, 2023).

Uma problemática observada é que a CFURH é destinada aos estados e municípios cujas áreas foram atingidas por reservatórios de hidrelétricas. Porém, os impactos de um mega empreendimento como uma usina de geração de energia por meio da matriz hídrica vão muito além da área banhada pelo lago desta usina. Assim, se reproduz dentro da IEB um sistema desigual de distribuição da riqueza gerada pelas hidrelétricas que, na prática, não compensa os impactos socioambientais decorrentes dos empreendimentos.

Outro ponto é que, ao analisar a fórmula de cálculo do CFURH ($CF = 7\% \times \text{valor da energia gerada no mês} \times TAR$) podemos perceber que a compensação não é paga de acordo com o montante total do lucro obtido pela usina com a venda da energia produzida ao longo de um mês, mas sim com base na TAR. Ou seja, a arrecadação financeira é calculada em 7% da receita da energia gerada pela usina com base na TAR. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.135 da ANEEL, de 8 de novembro de 2022, o valor da TAR vigente é de R\$ 89,79/MWh. Se analisarmos o caso da energia produzida pela UHE Itá no terceiro trimestre de 2023, o preço médio de venda foi de R\$ 223,97/MWh, ao passo que a usina paga a CFURH sobre apenas 89,79/MWh.

Mas então, quem lucra com a riqueza gerada por uma UHE? Buscamos a resposta na pesquisa realizada por Cervinski (Cervinski, p. 99-100), em que o autor

afirma que

O capital portador de juros fica com a maior parte do valor excedente, [em torno de] 50% da mais valia será apropriado pelo sistema financeiro. O Estado também se apropria de parte considerável do valor excedente produzido nas usinas. No caso das hidrelétricas são vários os tributos e encargos que retornam aos cofres da União, estados e municípios através do PIS, COFINS, ICMS, Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH), Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica da ANEEL (TFSEE), Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Uso do Bem Público (UBP). [...] Este patamar representará ao final uma apropriação do valor excedente pelo Estado ao longo dos 30 anos de funcionamento equivalente [...] a cerca de 25% da mais valia. [...] A terceira parte da mais valia é apropriada pelos acionistas ou empresa proprietária [...] algo em torno de 25% da mais valia (Cervinski, 2019, p. 99-100).

É notável a riqueza extraordinária produzida por uma UHE, assim como é marcante o fato de que esta riqueza não está a serviço das necessidades da classe trabalhadora. A seguir, apresentamos outro elemento fundamental na análise das contradições que permeiam a IEB, que se trata do rumo a ser tomado após o término do período de concessão de uma UHE à iniciativa privada, momento em que sua estrutura se encontra amortizada e gerando ainda mais valor para seus acionistas.

4.3 Amortização e término do período de concessão à iniciativa privada

Segundo estudo feito por Cervinski (2019), os custos de construção e operação de uma usina hidrelétrica são quitados em menos tempo do que a concessão para a iniciativa privada leva para acabar, resultando em um lucro extraordinário para as empresas donas de barragens. Ou seja, a estrutura fica amortizada antes do término da concessão desta mesma estrutura para o consórcio que a gere. Para o autor, é

Importante mencionar que a vida útil de uma hidrelétrica é bem maior que o tempo de uma concessão, porém os contratos entre governo e empresas consideraram como vida útil da usina o respectivo tempo de concessão de 30 anos. Na prática a realidade é diferente. Mais de 80 usinas de geração hidráulica que fizeram parte da renovação das concessões via MP 579 possuem mais de 40 anos e receberam uma nova concessão por mais 30 anos, indicando uma vida útil de 70 anos (Cervinski, 2019, p. 111).

Ainda segundo o autor, quando as concessões para a iniciativa privada têm

seu prazo de vigência concluído, as usinas, que se encontram totalmente amortizadas, se tornam objetos de novas disputas entre capitalistas para definir quem irá lucrar com a exploração desta indústria de eletricidade altamente rentável nas décadas seguintes. Cervinski pontua que,

Se os agentes que se apropriam do valor excedente, como a sociedade capitalista de propósito específico, o sistema financeiro e o Estado quiserem seguir com a apropriação do excedente terão de fazer acordos ou estabelecer uma disputa intercapitalista pela manutenção da política de preços até então vigente. Se os bancos quiserem seguir se apropriando da parte excedente que lhes cabia na primeira concessão, teriam que manter um grau de endividamento da unidade de produção, o que parece não ser necessário a não ser que se crie demanda fictícia de novo empréstimo. Outra alternativa é tornarem-se eles próprios os proprietários da usina, ou ainda implementar as duas táticas: novo endividamento e apropriação da usina (Cervinski, 2019, p. 113).

Diante do exposto, levantamos as seguintes perguntas: A UHE Itá, com sua estrutura amortizada, produzindo uma riqueza extraordinária a partir de uma matriz de baixo custo (hidrelétrica), passado o tempo de concessão, deve permanecer na mão da iniciativa privada, que cobra altos preços pela energia? Ou este patrimônio deve ser gerido de forma popular e participativa, colocado a serviço dos interesses da classe trabalhadora?

4.4 Das privatizações às reestatizações – alguns exemplos

Dentro do tema do avanço neoliberal pelo mundo e, conseqüentemente, das privatizações, a nível mundial, podemos observar que a onda de privatizações, que ganhou força a partir da década de 1970, vem sofrendo um movimento reverso. Segundo estudo feito pelo Transnational Institute (TNI)³ a partir do levantamento de dados sobre reestatização de serviços, entre os anos 2000 e 2017, um total de 884 serviços voltaram a ser geridos/controlados pelo poder público, sendo 8 35 remunicipalizações e 49 nacionalizações, sendo que 80% dos casos se deram a partir de 2009. O mapeamento apontou que esse movimento tem ganhado força nos países centrais do capitalismo, como EUA (67 serviços reestatizados), Alemanha (348 reestatizações) e França (152), além do Canadá, Argentina, Índia, Japão e Moçambique.

³ Centro de estudos em democracia e sustentabilidade sediado na Holanda.

As reestatizações se dão em setores estratégicos para a sociedade, como água e energia, justificadas pelos altos preços das tarifas e péssima qualidade dos serviços prestados. Só na Alemanha, 284 serviços na área de energia voltaram a ser públicos, entre 2000 e 2010. Os mecanismos usados para as reestatizações consistem em rompimentos de contratos, compras de empresas privadas e, principalmente, a não renovação de concessões, que correspondem a 800 dos casos mapeados pelo TNI.

Segundo a geógrafa Lavinia Steinfort, então coordenadora de projetos do TNI, em entrevista concedida ao site UOL em março de 2019, a pesquisadora afirma que essas ações são complexas, envolvendo processos de arbitragem internacional e grandes somas de dinheiro. “É uma barreira que impõe um custo alto às reestatizações e que pode impedir a decisão democrática de uma cidade ou de um país de retomar o controle de um serviço essencial”. Na mesma entrevista, a geógrafa pontua que as empresas públicas tendem a ter mais responsabilidade ambiental, política e social, mas ressalta que não basta um serviço ser público. “A gestão pública tem que ser democraticamente controlada. Ela tem que prestar contas e tem que ser cobrada, para garantir que haja um controle democrático efetivo de sua atuação”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, apresentamos aqui algumas constatações. A indústria elétrica brasileira tem importância estratégica para o desenvolvimento e é de interesse do capital, seja de grupos nacionais até o mercado financeiro internacional, que visa a apropriação das bases naturais e patrimônios públicos para a ampliação da taxa de mais-valia e manutenção de processos de acumulação por despossessão.

A história nos mostra que a promessa de desenvolvimento propagada no período de expansão de obras de aproveitamento hidrelétrico na Bacia do Rio Uruguai, provou-se falaciosa, provocando, ao invés disso, inúmeros impactos socioambientais, econômicos e violação sistemática de direitos humanos.

As usinas hidrelétricas que compõem a indústria de eletricidade no Brasil apresentam alta eficiência em produção de energia a baixo custo, através da matriz hídrica. Ao passo que a energia elétrica é vendida com base no preço teto internacional, as barragens se tornam focos de interesse das empresas do capital, por serem altamente lucrativas.

O modelo energético vigente, de caráter neoliberal, viola direitos humanos, provoca profundos e, por vezes, irreversíveis impactos socioambientais nos territórios atingidos por barragens, e impõe uma das tarifas de energia mais caras do mundo ao povo brasileiro. De um lado, as empresas privadas donas das barragens se apropriam de lucros bilionários para seus acionistas e, de outro, o montante que fica em território nacional, através do CFURH que é repartido entre União, estados e municípios, corresponde a cerca de 2% da riqueza gerada.

A UHE Itá foi a primeira a ser privatizada, em 1998, no avanço neoliberal e privatista da década de 1990, e será a primeira a ter o contrato de concessão para a iniciativa privada findado, no ano de 2032. Diante disso, é importante refletirmos sobre o caráter da indústria hidrelétrica e, no caso da UHE Itá, dos rumos desta fábrica de energia após o fim da concessão, compreendendo os impactos negativos de tal patrimônio permanecer nas mãos da iniciativa privada, ao gerar uma riqueza extraordinária, que é drenada para fora do país, a partir de uma estrutura construída pelo Estado e já amortizada, deixando nos territórios atingidos pela barragem um

rastro de empobrecimento, esvaziamento e impactos socioambientais e econômicos para toda a população atingida.

É necessário que os MSP e a população reivindiquem que a riqueza produzida pelas usinas hidrelétricas - como no caso da UHE Itá que está prestes a ter sua concessão para a iniciativa privada concluída -, seja revertida para a sociedade como um todo em ampliação de direitos.

As palavras de Behring (2008, p. 211), expõem uma reflexão necessária nos tempos atuais, considerando a forma com que se organiza e opera a IEB, ao dizer que “transformações no Estado brasileiro são fundamentais numa agenda que se propõe superar um Estado privatizado, volta-lo para a coisa pública, e especialmente, imprimir maior eficiência a suas ações”.

Assim, concluímos afirmando a necessidade da ampla denúncia dos impactos e das contradições da atual configuração da IEB voltada ao mercado, fazendo com que esta denúncia chegue cada vez mais longe entre a classe trabalhadora, a qual tem em suas mãos o poder – coletivo e organizado - de promover as mudanças estruturais necessárias para a construção de um projeto energético popular e de uma sociedade justa e igualitária.

Da mesma forma, é essencial trazer à tona o debate sobre os rumos da UHE Itá após o término de sua concessão para a iniciativa privada, em 2032, fortalecendo a luta dos atingidos e atingidas por barragens no Brasil na retomada de um patrimônio outrora público e que deve estar a serviço do povo.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda. Dom José Gomes, o bispo combatente. **MST**, [s./], 25 mar. 2021. Notícias. Centenário Don José Gomes. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/25/dom-jose-gomes-o-bispo-combatente/>. Acesso em: 24 jan 2024.

ANEEL. **Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Brasília, DF: 12 Texto da Resolução disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/bres1986001conama.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ANEEL. **Primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 003/95, para geração de energia elétrica, que celebram a união e as empresas que formam o Consórcio Itá**. Brasília, DF: ANEEL, 31 jul. 2000. Disponível em: https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/Contrato/Documentos_Aplicacao/03_95TA.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

ANEEL. **Resolução Autorizativa nº 12.255, de 5 de julho de 2022**. Extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos, participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020. Brasília, DF: ANEEL. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/rea202212255ti.pdf>. Acesso em: 21 jun 2024.

ANEEL. **Resolução Homologatória nº 3.135, de 8 de novembro de 2022**. Estabelece o valor da Tarifa Atualizada de Referência – TAR e do Preço Médio da Energia Elétrica – PMEHL, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Brasília, DF: ANEEL. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/reh20223135ti.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ANEEL. Assuntos. Geração. Compensação Financeira. **Saiba mais sobre Compensação Financeira**. 28 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/geracao/compensacao-financeira/introducao>. Acesso em: 17 fev. 2024.

AYRES, Madalena Junqueira. **O processo decisório de implantação de projetos hidrelétricos no Brasil**. Análise dos casos-referência da Usina de Barra Grande e do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira à luz da avaliação ambiental estratégica. Orientadora: Rosângela Lunardelli Cavallazzi. 2009. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional, Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0710476_09_pretextual.pdf>. Acesso em: 10 fev 2024.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. Ed. 2. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Caderno da Região Hidrográfica do Uruguai**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960. Cria os Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 10509, 22 jul. 1960. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3782-22-julho-1960-354459-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 3.890-a, de 25 de abril de 1961. Autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - ELETROBRÁS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3890Acons.htm. Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 64.395, de 23 de Abril de 1969. Autoriza o funcionamento da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul, transfere concessão e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 349410, 24 abr. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64395-23-abril-1969-405853-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 88.015, de 3 de Janeiro de 1983. Outorga à Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um trecho do Rio Uruguai, nos Municípios de Itá e Aratiba, Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 194, 5 jan. 1983. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88015-3-janeiro-1983-437967-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993. Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2597, 05 mar. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8631.htm. Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 915, de 6 de setembro de 1993. Autoriza a formação de consórcios para geração de energia elétrica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 13334, 08 set. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0915.htm. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 10125, 08 jul. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9074cons.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 1.712, de 22 de novembro de 1995. Prorroga e transfere a concessão de que trata o Decreto nº 88.015, de 3 de janeiro de 1983. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18795, 3 nov. 1995. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1995/decreto-1712-22-novembro-1995-431725-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 28653, 27 dez. 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9427-26-dezembro-1996-366792-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 25 de setembro de 1998. Outorga à Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. - GERASUL, concessões para geração de energia elétrica em aproveitamentos de potenciais hidráulicos que menciona, nos Estados do Rio do Grande do Sul e Paraná, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 12, 25 set. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1998/dnn7390.htm. Acesso em: 17 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 16 mar. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.847.htm. Acesso em: 03 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004. Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 16 mar. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.848.htm. Acesso em: 03 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. Dispõe sobre as concessões

de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 set. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/mpv/579.htm. Acesso em: 03 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.203 de 08 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, col. 3, 9 dez. 2015. MPV 688/2015. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/585015#%3A~%3Atext%3DDisp%C3%B5e%20sobre%20a%20repactua%C3%A7%C3%A3o%20do%2Cconcess%C3%B5es%20de%20servi%C3%A7os%20p%C3%BAblicos%20de>. Acesso em 21 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 173, p. 7, 9 set. 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14052&ano=2020&ato=c99EzZE1UMZpWT864>. Acesso em: 03 fev. 2024.

CDDPH. **Comissão Especial “Atingidos por Barragens”**. Resoluções n.º 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Relatório da Violação dos Direitos Humanos na construção de barragens. Brasília/DF, 2011.

CNEC. Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Itá, UHE Itá. Versão sintética. [s.l.]: Eletrosul, mar. 1990. Disponível em: https://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Ita/EIA_RIMA%20UHIT/. Acesso em: 25 mai. 2023.

CERVINSKI. Gilberto Carlos. **Em alta tensão**: atores e conflitos no contexto da renovação das concessões do setor elétrico brasileiro através da MP 579/2012. Orientador: Igor Fuser.. 2019, 286 f. Dissertação (mestrado em Energia) - programa de Pós-Graduação em Energia, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2019.

COMITÊ Ibicuí. Bacia hidrográfica. **Região hidrográfica do Rio Uruguai**. Alegrete, 2018. Disponível em: https://www.comiteibicui.com.br/bh_002.html. Acesso em: 21 04. 2023.

CONSÓRCIO Itá. **Sobre o consórcio**. Disponível em: <https://www.consorcioita.com.br/consorcio-ita.html>. Acesso em: 25 maio 2023.

DAMASCENO JÚNIOR, Fernando Fernandes. **As disputas por justiça na trajetória dos atingidos pela barragem de Itá (SC/RS)**. Orientadora: Lorena Cândido Fleury. 2019, 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DANTAS, André Vianna; PRONKO, Marcela Alejandra. Estado e dominação burguesa: revisitando alguns conceitos. In:_: **Hegemonia Burguesa na Educação Pública**: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA). Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

D. OLMO, Guillermo. Como guerra contra Israel há 50 anos fez países árabes desenvolverem 'arma do petróleo'. **BBC News Brasil**, Peru, 23 out. 2023. Artigos. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clje1p1p63wo>. Acesso em: 08 jun. 2023.

ELETROBRAS. Portal da Eletrobras. Sobre a Eletrobras. **História**. [2023]. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Historia.aspx>. Acesso em: 4 jun. 2023.

ELIAS, Juliana. Reestatização cresce porque empresa privada tem serviço ruim, diz instituto. **UOL Notícias**, São Paulo, 07 mar. 2019. Notícias. Redação. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/07/reestatizacoes-tendencia-crescendo-tni-entrevista.htm#:~:text=Quais%20s%C3%A3o%20as%20raz%C3%B5es%20que,do%20bem%20Destar%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ENGIE Brasil Energia. Investidores. Informações financeiras. Releases e apresentações de resultados. **Release de resultados 3T23**. Disponível em: <https://www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras/releases-e-apresentacoes-de-resultados/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ENTENDA a MP 579, que está movimentando o setor elétrico. **Jornal GGN**. [s./l.], 13 nov. 2012. Infraestrutura. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/infraestrutura/entenda-a-mp-579-que-esta-movimentando-o-setor-eletrico/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

EPE. Principal. ABCDEnergia. **Matriz energética e elétrica**. [2023]. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em: 04 jun. 2023.

HARVEY, David. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. São Paulo: Edições Loyola, ed. 2, 2004.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. Trad. João

Alexandre Peschanski. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE CIDADES. Cidades e estados. **Itá**. [2023]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/ita.html>. Acesso em: 04 fev. 2023.

ITASA. Sobre a ITASA. **Nossa história**. [2023] Disponível em: <https://www.itasa.com.br/index.html>. Acesso em: 25 mai 2023.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 13, p. 414-464, 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Contribuições de Itaipu no processo de integração elétrica regional**. Orientador: Eliseu Saverio Sposito. 2013, 140 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 20 ed. São Paulo: Anhamblume, 2000.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias). **GEOgraphia**, v. 6, n. 11, 7 dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13466>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência (1973). In: ____: **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, 68 p.

MOURA, Alessandro. A crise dos anos 1970: uma longa crise de superprodução. **Esquerda Diário**, [s. l.], 25 out. 2020. Semanário. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/A-crise-dos-anos-1970-uma-longa-crise-de-superproducao>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MOVIMENTO dos Atingidos por Barragens - MAB. **Violação dos Direitos Humanos na Construção de Barragens. Síntese do Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana**. Cartilha. São Paulo, Secretaria Nacional, mar. 2011a.

MOVIMENTO dos Atingidos por Barragens - MAB. **MAB 30 anos de luta: a força dos atingidos e das atingidas Cartilha**. São Paulo, Secretaria Nacional, nov. 2021b.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. A obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e o materialismo histórico: uma contribuição para os estudos do pensamento geográfico agrário. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 14, n. 1, p. 4-27, jan./jun. 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. A acumulação por despossessão na análise do land grabbing. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 3-20, jan./jun. 2019.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. Resenha do livro “HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo”. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 14, p. 140-145, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55807/59215>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.

SANTOS, Rosângela Daiana dos. **Movimento Justiça e Terra: memória, fotografia e imprensa nas páginas do Jornal Nosso Tempo (1980-1982)**. Orientador: Pedro Afonso Cristovão dos Santos. 2016. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História – America Latina) - Instituto Latino-americano de Arte, Cultura e História (ILAACH), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/1497/Mjt%20fotografia%2c%20memoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SCHIOCHET, Gabriel Augusto. História da Eletrobras: como ela surgiu? **Politize**, [s. l.], 12 set. 2022. Economia. Disponível em: <https://www.politize.com.br/historia-da-eletobras/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SCOTELARO, Marina; RAMOS, Leonardo; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Acumulação por despossessão, novo imperialismo e neoliberalismo: notas sobre David Harvey e o internacional. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 46, p. 163-171, 2018. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2018_11_04_15_43_13.pdf. Acesso em 01 ago. 2024.

SILVA, Elis do Nascimento. **Entre aqueles que incomodam: a práxis antropológica na relação entre hidrelétricas e povos indígenas no sul do Brasil**. Orientadora: Edviges Marta Ioris. 2016. 238 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

STEINFORT, Lavinia; KISHIMOTO, Satoko; PETITJEAN, Olivier. Reclaiming Public Services: how cities and citizens are turning back privatisation. **Transnational Institute**, 23 June 2017. Publication. Disponível em: https://www.tni.org/en/publication/reclaiming-public-services?content_language=es. Acesso em 25 jan. 2021.

THEIS, Ivo Marcos. **Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual**. Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, p. 39-63, 2008.

VAZ, Matheus. Brasil tem a segunda energia elétrica mais cara do mundo. **Jornal Correio Braziliense**, Brasília, 22 jul. 2022. Economia. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/07/5024021-brasil-tem-a-segunda-energia-eletrica-mais-cara-do-mundo.html>. Acesso em: 14 fev. 2023.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá**. Orientador: Carlos Bernardo Vainer. 2003, 191 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

APÊNDICE – QUESTÕES APLICADAS NA ENTREVISTA COM O ATINGIDO PELA UHE ITÁ

- Como se deu o anúncio do projeto da barragem na região?
- Houveram audiências públicas durante o processo de apresentação do EIA/RIMA? Se sim, quando e onde ocorreram e quem participou?
- No EIA/RIMA constam as atas das reuniões realizadas em 1988 em Concórdia, Mariano Moro, Marcelino Ramos, Severiano de Almeida... Você participou de alguma? Como eram realizadas? Qual o tom da conversa?
- Como funcionou o GT de remanejamento da população rural, criado em maio de 1989?
- Como foi o processo que levou ao acordo entre CRAB e Eletrosul em 1987?
- Como foi o processo de convencimento da população de que era vantajoso “afogar” toda uma cidade?
- Foi realizada a supressão da vegetação e edificações antes do enchimento do lago da usina?
- Qual sua avaliação hoje, passados 24 anos do início da operação da usina? Houveram avanços para a região atingida?
- Quais outros elementos você considera importante destacar?